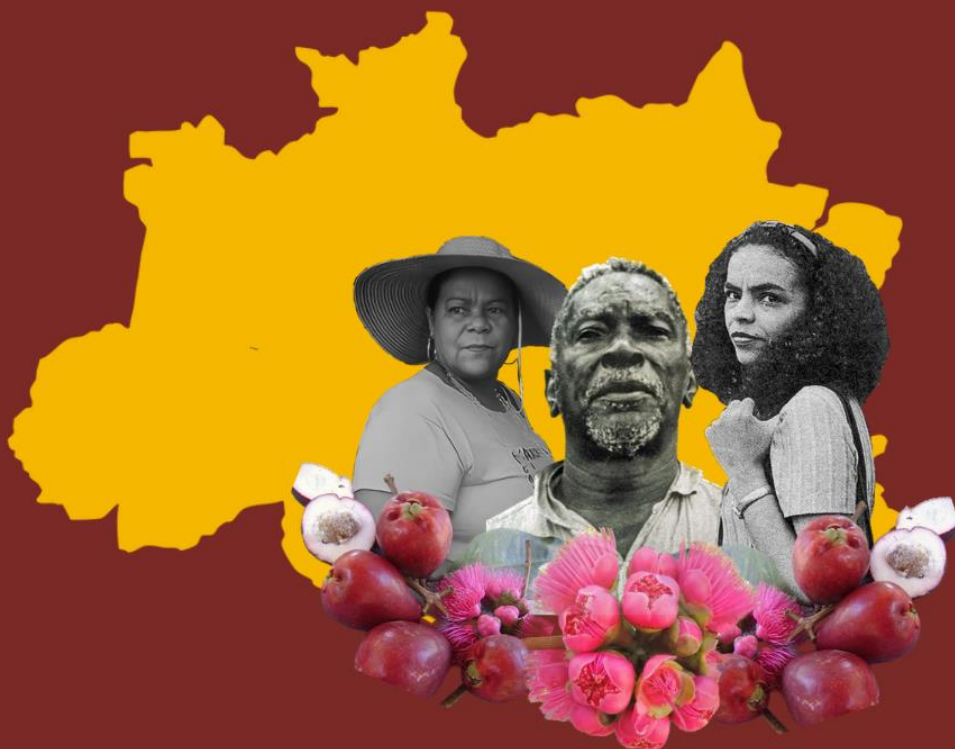


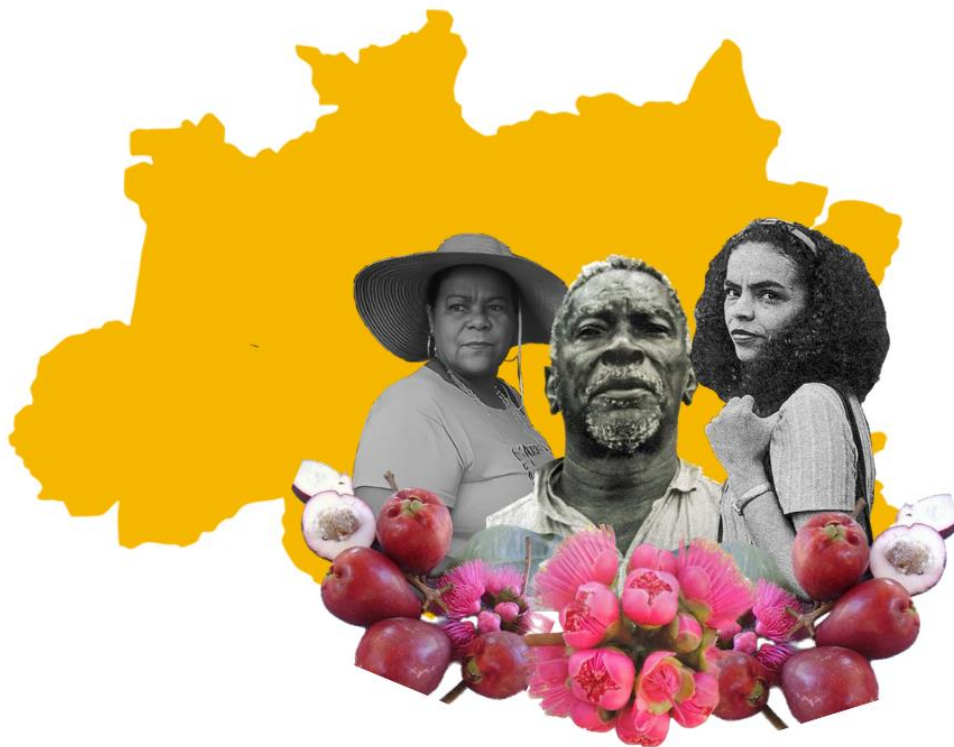
CADERNO DE RESUMOS



IV COPENE NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO,
FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

CADERNO DE RESUMOS



IV COPENE NORTE

**20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO,
FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA**

Caderno de Resumos do IV Congresso de Pesquisadores/as Negros/as da Região Norte (Copene Norte) – 20 Anos da Lei nº 10.639/2003: Aquilombamento, Formação de Professores e Desafios da Educação Antirracista na Amazônia

Flávia Rodrigues Lima da Rocha, Andressa Queiroz da Silva, Maycon David de Souza Pereira (org.)

ISBN 978-65-88975-66-4

Copyright© Edufac

Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac)

Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre // edufac@ufac.br

Editora Afiliada



Diretor da Edufac

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

Coordenadora Geral da Edufac

Ângela Maria Poças

Conselho Editorial

Adcleides Araújo da Silva, Adelice dos Santos Souza, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria dos Santos Rufino, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Alexsandra Pinheiro Cavalcante Costa, Carlos Eduardo Garçon de Carvalho, Claudia Vanessa Bergamini, Dêlcio Dias Marques, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Naildo Cardoso Leitão, Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente), Jäder Vanderlei Muniz de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Cristina de Souza, Sheila Maria Palza Silva, Valtemir Evangelista de Souza, Vinícius Silva Lemos

Coordenadora Comercial e Serviços de Editoração

Ormifran Pessoa Cavalcante

Comissão Técnico-Científica IV Copene Norte

Profa. Dra. Flávia Rodrigues Lima da Rocha – Neabi/Ufac • Prof. Dr. Mauro Torres Siqueira – Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-brasileiros – Neaf/UFT • Profa. Dra. Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque – Neabi/Ufac • Prof. Dr. Paulo Sérgio Dutra – Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Relações Raciais e Migração – Gepram/Unir • Profa. Ma. Andressa Queiroz da Silva – Neabi/Ufac • Prof. Me. Danilo Rodrigues do Nascimento – Neabi/Ufac • Prof. Me. Douglas de Oliveira e Oliveira – Neabi/IFPA (Campus Abaetetuba) • Profa. Ma. Queila Batista dos Santos – Neabi/Ufac • Prof. Me. Wálisson Clister Lima Martins – Neabi/Ufac

Revisão Textual

Bruna Carolini Barbosa

Diagramação/Formatação/Projeto Gráfico

Andressa Queiroz da Silva

Kaliny Custodio do Carmo

Maycon David de Souza Pereira

Fotos e Imagens Capa e Seções

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/marina-silva-candidata-invisivel-os-desafios-de-uma-campanha-sem-dinheiro-sem-tempo-de-tv-sem-aliancas-22942713>>;

<<https://www.soldependo.com/almerinda/>>;

<<https://santodaime.com/blog/doutrina/historia-da-doutrina/>>;

<https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/jambo-vermelho.htm>

Universidade Federal do Acre
Biblioteca Central
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C749c COPENE Norte (4.; 2023 nov. 6-10 : Rio Branco, AC)
Caderno de Resumos do IV Congresso de Pesquisadores / as Negros / as
da Região Norte: 20 Anos da Lei 10.669/2023: Aquilombamento,
Formação de Professores (as) e Desafios da Educação Antirracista na
Amazônia [recurso eletrônico] / Flávia Rodrigues Lima da Rocha,
Andressa Queiroz da Silva, Maycon David de Souza Pereira (Orgs.). – Rio
Branco: Edufac, 2023.
68 p. [e-book]

ISBN: 978-65-88975-66-4
Vários autores.

1. Negros - Região Norte. 2. Relações Raciais. 3. Desafios da Educação.
4. Antirracismo I. Rocha, Flávia Rodrigues Lima da (Org.). II. Silva,
Andressa Queiroz da (Org.). III. Pereira, Maycon David de Souza IV.
Oliveira Neto, Francisco Barbosa (Org.). V. Título.

CDD: 370.96081

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
Flávia Rodrigues Lima da Rocha Andressa Queiroz da Silva Maycon David de Souza Pereira	
SESSÃO TEMÁTICA – DAS MARGENS: MULHERES NEGRAS E FEMINISMO NEGRO NA AMAZÔNIA	13
EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS E RESSIGNIFICADAS EM UM MINICURSO SOBRE O FEMINISMO NEGRO	15
Queila Batista dos Santos Sulamita Rosa da Silva	
QUEM SÃO AS TIAS DA LIMPEZA E DA COZINHA? HISTÓRIAS DE VIDA DE SERVENTES E COZINHEIRAS NEGRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE/CAMPUS RIO BRANCO	16
Sulamita Rosa da Silva	
SESSÃO TEMÁTICA – DOCÊNCIA E(M) DESLOCAMENTOS NA/PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA: O NORTE COMO ESPAÇO DE AQUILOMBAMENTO	17
A ESCRIVÊNCIA DOCENTE COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA DO PROCESSO DE ACONTECIMENTALIZAR A ATUAÇÃO DO DISPOSITIVO CONTRACOLONIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	19
Marília Fernanda Pereira Leite	
HACKEAR, AQUILOMBAR E NORTIFICAR: PROCESSOS ARTÍSTICOS DE UMA EDUCAÇÃO MENOR	20
Rodrigo Pedro Casteleira	
SESSÃO TEMÁTICA – HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	21
CONHECENDO A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL DOS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE: UM ESTUDO DE CASO	23
Ana Clara Xavier Maia Gelpke Ana Evelyn Andrade Martins Natália Caroline Moura de Carvalho Luciney Araújo Leitão	

DESNATURALIZANDO A IDENTIDADE NACIONAL: UM PROJETO PARA COMPREENDER AS LEI 10.639 E 11.645 NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFAC	24
Ana Evelyn Andrade Martins Natália Caroline Moura de Carvalho Ana Clara Xavier Maia Gelpke Luciney Araújo Leitão	
ANTIRRACISMO E O ENSINO DE LÍNGUAS: UMA ANÁLISE DO PLANO DE CURSO ORIENTADO DO ESTADO DO ACRE	26
Andressa Queiroz da Silva	
O EU-RESIDENTE E O EU-PROFESSORA-PRECEPTORA: ERER E O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UFAC	27
Beatriz Domingos da Silva	
ENTRE HISTÓRIA PÚBLICA E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA ANÁLISE DAS REDES SOCIAIS NO NEABI/UFAC (2018-2022)	28
Danilo Rodrigues do Nascimento Geovanna Moraes de Almeida	
INOVAÇÕES E DESAFIOS DO MUNDO GLOBALIZADO PARA A POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA: UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICO PEDAGÓGICA	29
Ellen Cristina Setubal Brito Ló-Ruama Íllary Freires Pereira	
O EMPODERAMENTO NEGRO FEMININO REPRESENTADO NOS FILMES DO PANTERA NEGRA (2018; 2022): O MATRIARCADO AFRICANO NAS TELAS DE CINEMA	30
Geovanna Moraes de Almeida Danilo Rodrigues do Nascimento	
O PROFESSOR EXU NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM BELÉM DO PARÁ	31
Hellaene Vitória da Silva Corrêa	
VIOLÊNCIA POLICIAL E O RACISMO INSTITUCIONAL: O CASO GENIVALDO DE JESUS SANTOS PELA PERSPECTIVA DE JORNAIS BRASILEIROS	32
Ingrid de Sousa Andrade	
ANTIRRACISMO EM PAUTA COMO FERRAMENTA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO	33
Jardel Silva França	
A FESTA DO DIVINO E A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003	34
Joely Coelho Santiago	
PROSTITUIÇÃO NA CIDADE DE RIO BRANCO-AC: UMA ANÁLISE DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE	35
Larissa Oliveira dos Santos	

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL E REFLEXÕES PARA A (RE) CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES	36
Liliane Bezerra da Silva	
Ló-Ruama Íllary Freires Pereira	
Joana Marques de Lima Saar Xavier	
Thais Albuquerque Figueiredo	
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS	38
Maycon David de Souza Pereira	
A NATURALIZAÇÃO DO RACISMO NA OBRA <i>CASA GRANDE E SENZALA</i> : INTERPRETANDO OS ESCRITOS DE GILBERTO FREYRE	39
Natália Caroline Moura de Carvalho	
Ana Evelyn Andrade Martins	
Ana Clara Xavier Maia Gelpke	
Luciney Araújo Leitão	
CLUBE DE LEITURAS DE AUTORES(AS) NEGROS(AS): PRÁTICA ANTIRRACISTA NECESSÁRIA PARA COMBATER O RACISMO NA EDUCAÇÃO	40
Olavo Lisboa dos Santos	
AFROCINE: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NO PROJETO AFROCIENTISTA	41
Queila Batista dos Santos	
A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA ESTANTE DIGITAL DO PROGRAMA “LEIA PARA UMA CRIANÇA”	42
Raiele Souza Moura	
Flávia Rodrigues Lima da Rocha	
A LITERATURA E A APROXIMAÇÃO COM OS FATOS HISTÓRICOS EM <i>NOSSA SENHORA DO NILO</i> DA ESCRITORA RUANDESA SCHOLASTIQUE MUKASONGA	43
Rosália Aparecida da Silva	
ESTÁGIO DOCÊNCIA: RELATOS E ESCREVIVÊNCIAS	44
Thais Albuquerque Figueiredo	
SESSÃO TEMÁTICA – LEI 10.639/2003: PROPOSTAS E EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORAS E PROFESSORES NA AMAZÔNIA	45
ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO EXTREMO OESTE DA AMAZÔNIA: AS EXPERIÊNCIAS DO PROFHISTÓRIA/UFAC COMO PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE 2020 A 2023	47
Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque	
AS CATEGORIAS DE RAÇA/COR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE JI-PARANÁ/RO	48
Paulo Sérgio Dutra	

**SESSÃO TEMÁTICA – POLÍTICAS AFIRMATIVAS COMO REPARAÇÃO
HISTÓRICA: EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES NAS UNIVERSIDADES..... 49**

CONSTRUINDO PONTES EPISTEMOLÓGICAS NA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA 51

Ana Paula do Nascimento Velásquez

Norma Silvia Trindade de Lima

POLÍTICA DE INGRESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA
CATARINA: AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS COMO REPARAÇÃO HISTÓRICA
..... 52

Janine Soares da Rosa

A UNIVERSIDADE (NÃO) É INCLUSIVA PARA MULHERES NEGRAS? UMA ANÁLISE DE
POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
(UTFPR) 53

Jussara Marques de Medeiros

**SESSÃO TEMÁTICA – RAÇA, VULNERABILIDADE E ESPAÇO URBANO: O DIREITO
À CIDADE E A POPULAÇÃO NEGRA 54**

CORPOGRAFIA DE AFETOS: CORPO, PODER E RELAÇÕES SOCIAIS 56

Ana Cláudia Magnani Delle Piagge

A SEGREGAÇÃO URBANA E O RACISMO AMBIENTAL NOS BAIRROS DA CAMPINA E
DA CREMAÇÃO, NA CIDADE DE BELÉM 57

Linda Inês Pérola da Silva Martins

Érika Castilho Brasil

Carla Rúbia Siqueira Braga

Suliane da Silva Gomes

Samira de Limma Gonzaga

**JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
PESQUISADORES/AS NEGROS/AS (ABPN) 59**

OS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008:
EXPERIÊNCIA DE GANHADORES/AS DO PRÊMIO ACREANO DE EDUCAÇÃO DAS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS 61

Athina Magalhães Alves

Flávia Rodrigues Lima da Rocha

Karen Kristina Araújo Vasconcelos

Kaliny Custodio do Carmo

OS DESAFIOS NA APLICAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NAS ESCOLAS ACREANAS 63

Kaliny Custodio do Carmo

Flávia Rodrigues Lima da Rocha

Athina Magalhães Alves

Karen Kristina Araújo Vasconcelos

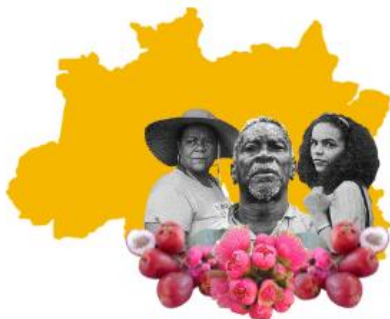
OS DESAFIOS NA APLICAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS ACREANAS POR DOCENTES COM APERFEIÇOAMENTO EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS..... 65

Karen Kristina Araújo Vasconcelos

Flávia Rodrigues Lima da Rocha

Kaliny Custódio do Carmo

Athina Magalhaes Alves



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

APRESENTAÇÃO

Os Congressos Regionais de Pesquisadores/as Negros/as são promovidos pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), com a intenção de apresentar um balanço da produção recente dos/as pesquisadores/as negros/as e os estudos acerca das relações raciais, bem como promover o quilombamento dos mais diversos corpos na/para luta antirracista nas cinco regiões brasileiras. Sendo assim, realizar o *Congresso de Pesquisadores/as Negros/as da Região Norte (Copene Norte)* é desafiador e de grande responsabilidade.

A história desse evento inicia-se no estado do Amazonas, no ano de 2017, com o primeiro Copene Norte, realizado na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), de 5 a 7 de dezembro, com a temática *Negros na Amazônia: história, memória, identidade étnico-religiosa e políticas públicas*. O segundo ocorreu no ano de 2019, com o tema *Pensar o povo negro no enfrentamento à conjuntura perversa e de (i)solamento da região Norte*, sediado na Universidade Federal de Tocantins (UFT), de 21 a 23 de agosto. E o terceiro Copene Norte, sob o tema *Amazônias negras e a pandemia do racismo: resistências, identidades étnico-raciais e 10 anos de políticas de ações afirmativas*, ocorreu durante a pandemia do Covid-19, sendo organizado pela Universidade Federal de Rondônia (Unir), no ano de 2021, de 4 a 7 de outubro, momento em que fora escolhido o estado do Acre para sediar a próxima edição do evento. Portanto, para a realização deste evento em terras acreanas sua organização teve início no final do ano de 2022, com diversas reuniões para sua IV edição.

O IV Congresso de Pesquisadores(as) Negros(as) da Região Norte apresenta como tema “20 Anos da Lei 10.639/2003: Aquilombamento, Formação de Professores e Desafios da Educação Antirracista na Amazônia”, e será realizado na Universidade Federal do Acre (Ufac), no campus Rio Branco, de 6 a 10 de novembro de 2023.

O tema escolhido pela organização está alinhado com os outros Copenes Regionais (Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), também realizados durante o ano 2023, como referência aos 20 anos da lei 10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), inserindo o artigo 26-A, que obriga o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica, e o artigo 79-B, que insere o dia 20 de Novembro como parte do calendário escolar, como o Dia Nacional da Consciência Negra.

Os Copenes são importantes espaços de quilombamentos dos movimentos negros para discutir políticas de promoção de igualdade racial no país. E os Copenes regionais ainda trazem a relevância de



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

tratarem de questões peculiares a cada região. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região Norte é composta por mais de 80% de pessoas autodeclaradas negras (IBGE, 2022)¹, porém, o racismo estrutural, institucional e individual segue operando de forma muito ativa, daí a necessidade de encontros como este.

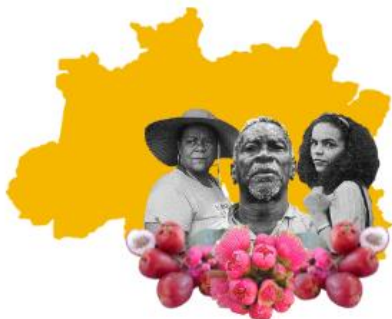
Ao longo dos anos, as pesquisas tematizando as questões étnico-raciais têm ganhado grande abrangência e espaço no âmbito acadêmico, fenômeno este observado a partir do ingresso de corpos negros nas Instituições de Ensino Superior, indo na contramão do histórico de negação de suas presenças nesses espaços e trazendo consigo as urgências dos movimentos negros nortistas para o centro das discussões teóricas e empíricas, a fim de comprovar a importância de corpos diversos nesses espaços de criação e produção de conhecimento, emancipando através da e na Educação, para uma produção científica e tecnológica negra, a partir e por meio dessa população, em prol da disseminação de um antirracismo nesses espaços.

Nesse sentido, este Caderno de Resumos é fruto dos textos aprovados nas Sessões Temáticas (STs) e na Jornada de Iniciação Científica (JIC) do evento, com diversos textos abordando os mais diversos assuntos acerca das populações negras e suas urgências por uma sociedade livre do racismo, bem como a fim de um antirracismo em todos os espaços da sociedade. Dessa forma, sua organização levou em consideração as STs propostas e a JIC, sendo elas:

- Das margens: mulheres negras e feminismo negro na Amazônia;
- Docência e(m) deslocamento na/para a Amazônia brasileira: o Norte como espaço de aquilombamento;
- História e cultura africana e afro-brasileira e Educação das Relações Étnico-Raciais;
- Lei 10.639/2003: propostas e experiências de formação continuada para professoras e professores na Amazônia;
- Políticas Afirmativas como reparação histórica: experiências e possibilidades nas Universidades;
- Raça, vulnerabilidades e espaço urbano: o direito à cidade e a população negra.
- Jornada de Iniciação Científica da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN).

Os resumos subdivididos em sessões temáticas totalizam 34, representando algumas das pesquisas realizadas na região, em diferentes Estados e sob diferentes vertentes sobre as relações raciais, apesar de

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. *Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e Socioeconômica*, Rio de Janeiro, n. 47, p. 1-16, 2022.



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

todas as dificuldades históricas, bem como socioeconômicas e acadêmicas, no que se refere ao investimento público na região Norte.

Sendo assim, estes textos buscam dar visibilidade às pesquisas e pesquisadores/as que fazem parte da grande resistência dessa região, no âmbito da pesquisa e da luta antirracista e que tanto enriqueceram o IV Copene Norte.

Profa. Dra. Flávia Rodrigues Lima da Rocha

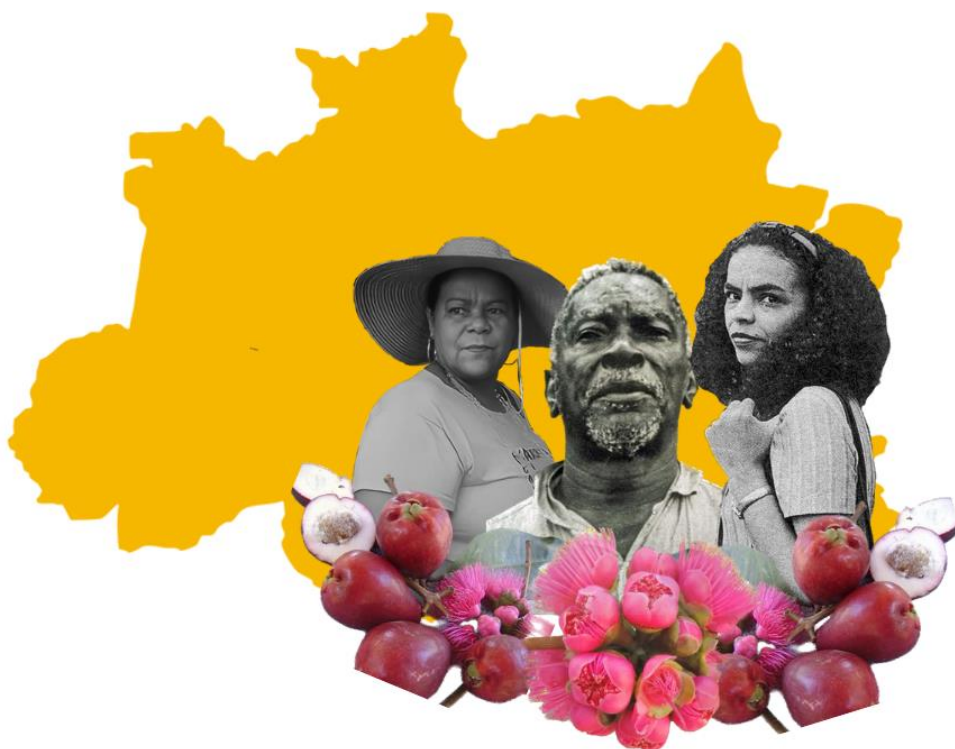
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Professora Adjunta no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Ufac (CFCH/Ufac)
Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre
(Neabi/Ufac)

Profa. Ma. Andressa Queiroz da Silva

Mestra em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (Ufac)
Professora na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE/AC)
Coordenadora de Eventos do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre
(Neabi/Ufac)

Me. Maycon David de Souza Pereira

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Coordenador de Ensino e Publicações do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade
Federal do Acre (Neabi/Ufac)



SESSÃO TEMÁTICA

**DAS MARGENS: MULHERES NEGRAS E FEMINISMO NEGRO
NA AMAZÔNIA**



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

APRESENTAÇÃO – SESSÃO TEMÁTICA DAS MARGENS: MULHERES NEGRAS E FEMINISMO NEGRO NA AMAZÔNIA

Coordenação: Profa. Ma. Queila Batista dos Santos²

Considerando a pluralidade dos espaços amazônicos em seus múltiplos aspectos étnico-culturais e sociais, a proposta deste grupo de trabalho visa à discussão das tessituras teórico-práticas de mulheres negras inseridas neste universo de modo interseccional, onde suas vozes possam ser ouvidas e reverberem.

Partindo do conceito da interseccionalidade, que considera e analisa as opressões raciais, de gênero, de classe e étnicas, de forma sobrepostas na realidade de mulheres negras, indígenas, imigrantes, dentre outras que não se enquadram nos modelos eurocêntricos, ocidentais e cis-heteronormativos, propõe-se a discussão sobre as vivências experienciais de mulheres negras no contexto amazônico. Tendo como base os apontamentos de Crenshaw (2002) e Akotirene (2018), para compreender os processos socioculturais, étnicos e políticos identitários que essas mulheres experienciam, são necessários olhares que atentem às questões específicas subjetivas, que as marcam enquanto protagonistas históricas e sociais e refletem em suas práticas construídas e em construção por intermédio de processos individuais de reflexão e interações coletivas, de modo que é nas práticas que as ideias se materializam e se permeiam, no qual através da interação, as práticas sociais são construídas (Hall, 2013).

Para a discussão das questões raciais e de gênero, Collins (2019) dialoga sobre o pensamento feminista negro, destacando os processos de autodefinição e autoavaliação que as mulheres negras vivem, no qual tecem e teorizam a epistemologia que se apresenta em práticas na academia, nas igrejas, nas periferias e nos mais diferentes espaços, por produzirem teorizações a partir de suas vivências, o que corrobora para compreendermos a práxis produzidas por elas enquanto sujeitas. Collins (2019) considera o contexto transnacional, no qual mulheres negras, asiáticas, latino-americanas e indígenas não foram contempladas nas pautas levantadas pelo feminismo universal hegemônico, havendo a necessidade da intersecção das especificidades que permeiam a vida dessas mulheres, analisando os processos históricos que contribuíram para os eixos de discriminações ativas, cujas opressões entrecruzadas, quando colidem, agravam o peso do racismo e do sexismo.

O objetivo da proposta é reunir trabalhos que discutam as especificidades de mulheres negras, em nível interseccional, apresentando, por intermédio de escrituras e/ou oralidades, suas práticas cotidianas enquanto produtoras de conhecimentos e saberes.

² Mestra em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Especialista em História do Brasil pelo Instituto Prominas. Graduada em Licenciatura em História pela Ufac. Assessora Pedagógica na Divisão de Educação em Deitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE/AC). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: batista.queila@gmail.com



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS E RESSIGNIFICADAS EM UM MINICURSO SOBRE O FEMINISMO NEGRO

Queila Batista dos Santos³
Sulamita Rosa da Silva⁴

Este texto contém experiências vividas em um minicurso ministrado na V Semana em Favor da Igualdade Racial, na Universidade Federal do Acre/Ufac, intitulado “Feminismo Negro: conhecimento, interseccionalidade e empoderamento”. A realização da atividade proporcionou momentos de trocas, afetividade, teoria e reflexões críticas sobre as condições das mulheres negras nos diferentes espaços. Diante disso, este estudo tem como objetivo descrever as experiências vivenciadas no minicurso sobre feminismo negro realizado através do Neabi/Ufac, refletindo sobre as emoções, escrevivências e saberes produzidos entre mulheres negras no decorrer dessa formação. Como procedimento metodológico, optou-se por um estudo de caráter participante, no qual as exposições de conteúdos, os diálogos com homens e mulheres negras e não negras foram produzidos no decorrer do minicurso. Autoras como Akotirene (2018), Berth (2018), Collins (2019; 2017), Crenshaw (2002), Piedade (2017), Ribeiro (2017) dentre outras, contribuíram nas reflexões trabalhadas no decorrer da formação. Como resultados da formação, várias explicitações foram feitas, como: o surgimento do feminismo negro no Brasil, a apresentação do conceito de interseccionalidade, que considera as discriminações raciais, de gênero, de classe e etnia, a *dororidade*, que é o compartilhamento das dores que só as mulheres negras experienciam e a teoria do empoderamento, que visa às mudanças a nível coletivo. Essas temáticas foram abordadas, relacionadas ao conceito de forasteira de dentro, em que as mulheres negras seriam vistas como outras, cuja outridade notabiliza o não-lugar nos diferentes espaços. As socializações ocorridas no final da formação foram permeadas de afetividades, práxis, nas quais as relações teórico-práticas atravessaram as experiências vividas pelas proponentes do curso e pelas mulheres negras ali presentes que, através de escrevivências produzidas como atividade, repercutiram na valorização do eu da mulher negra, descolonizando saberes, práticas e ressignificando formas de ser e estar no mundo.

Palavras-chave: Feminismo negro. Mulheres negras. Pensamento Feminista Negro.

³ Mestra em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Especialista em História do Brasil pelo Instituto Prominas. Graduada em Licenciatura em História pela Ufac. Assessora Pedagógica na Divisão de Educação em Deitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE/AC). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: batista.queila@gmail.com

⁴ Doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE/Feusp). Mestra em Educação pela Ufac. Professora Assistente no Centro de Educação Letras e Artes da Universidade Federal do Acre (Cela/Ufac). Pesquisadora associada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Integrante da Rede de Líderes da Fundação Lemann. E-mail: sulaczs.sr@gmail.com



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

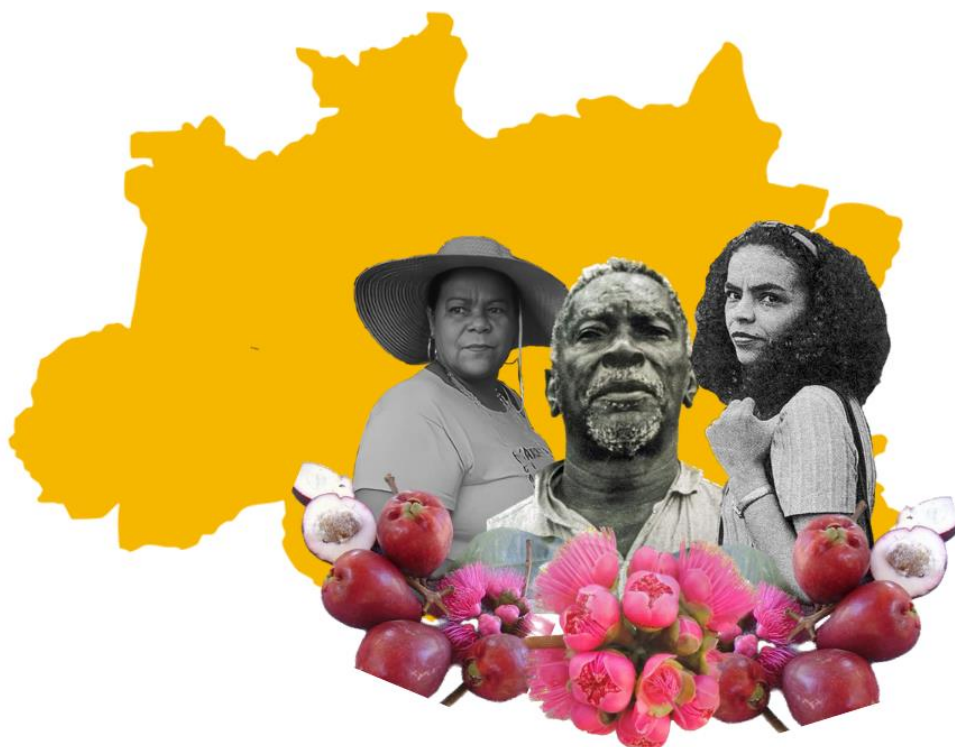
QUEM SÃO AS TIAS DA LIMPEZA E DA COZINHA? HISTÓRIAS DE VIDA DE SERVENTES E COZINHEIRAS NEGRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE/CAMPUS RIO BRANCO

Sulamita Rosa da Silva⁵

Este estudo tem como objetivo conhecer as histórias de vida de mulheres negras que trabalham no Restaurante Universitário (RU) e na limpeza da Universidade Federal do Acre (Ufac), do *campus* de Rio Branco, compreendendo a importância das suas atuações para o funcionamento da universidade e para a formação dos alunos. O foco deste estudo são as trajetórias dessas mulheres na universidade, como são as suas jornadas de trabalho, o que enfrentam em seus cotidianos, quais as percepções delas em relação à comunidade acadêmica, se sofreram situações de discriminação racial em seus locais de trabalho, dentre outros pontos. O referencial teórico será com base nos estudos de Crenshaw (2002), Chaves (2004), Collins (2019), González (2018), Kilomba (2019), Xavier (2021), dentre outros autores e autoras que discutem sobre, entre e com mulheres negras enquanto produtoras do conhecimento, valorizando o protagonismo feminino negro e narrativas contadas na primeira pessoa. A pesquisa em andamento será de abordagem qualitativa, em que, no momento, está sendo realizado o levantamento bibliográfico sobre pesquisas relacionadas a essa temática, bem como a construção dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa, sendo estes: a aplicação de formulários referentes a autodeclaração racial e entrevistas de modelo narrativo. Espero que as narrativas de mulheres negras que atuam nos setores de limpeza e da cozinha na Ufac possam ser visibilizadas, ouvidas e compreendidas, contribuindo no combate ao racismo cotidiano de modo teórico-prático.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Serventes e cozinheiras negras. Racismo no Ensino Superior.

⁵ Doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPGE/Feusp). Mestra em Educação pela Ufac. Professora Assistente no Centro de Educação Letras e Artes da Universidade Federal do Acre (Cela/Ufac). Pesquisadora associada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Integrante da Rede de Líderes da Fundação Lemann. E-mail: sulaczs.sr@gmail.com



SESSÃO TEMÁTICA

**DOCÊNCIA E(M) DESLOCAMENTOS NA/PARA
AMAZÔNIA BRASILEIRA: O NORTE COMO ESPAÇO DE
AQUILOMBAMENTO**



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

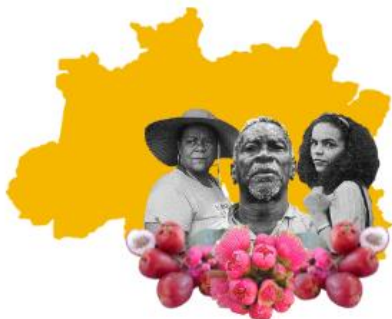
APRESENTAÇÃO – SESSÃO TEMÁTICA DOCÊNCIA E(M) DESLOCAMENTOS NA/PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA: O NORTE COMO ESPAÇO DE AQUILOMBAMENTO

Coordenação: Prof. Dr. Jefferson Gustavo dos Santos Campos⁶

Em entrevista concedida em 1977, Beatriz Nascimento afirma que a reunião de quatro ou cinco negros já configura a constituição de um quilombo, e que este espaço é a (re)produção de um espaço de paz (Nascimento, 2022). Assim considerado, entendemos que, seja pelas dinâmicas sociais cotidianas, seja pelos processos migratórios motivados pela busca de postos e de melhores condições de trabalho docente, o Norte tem se delineado como território frutífero para encontros de sujeitos e sujeitas subalternas, que problematizam esse espaço historicamente explorado pelo capital hegemônico como território de produção de saberes e existências outras.

Esse é o mote a partir do qual, nesta ST, esperamos reunir trabalhos que problematizem a experiência da docência na/para o território amazônico, considerando as movências, paragens, deslocamentos e, sobretudo, encontros e conflitos com a questão racial, nesse caso, marcada desde a nossa pele, esse espaço heterotópico de existência (Foucault, 2013). Nosso objetivo é traçar, no conjunto das experiências, diferentes saberes que sustentem possíveis respostas (ou questões outras) acerca do seguinte questionamento: quem somos nós, pessoas negras, e como nos articulamos na história do presente, no território amazônico?

⁶ Doutor e Mestre em Letras e Graduado em Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e literaturas correspondentes pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor Adjunto A no Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia (Dalv/Unir) e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Unir (PPGML/Unir). Integrante das seguintes associações científicas: Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras - GT Estudos Discursivos Foucaultianos (Anpoll); Associação Brasileira de Linguística (Abralín). E-mail: jefferson.santos@unir.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

A ESCRIVIVÊNCIA DOCENTE COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA DO PROCESSO DE ACONTECIMENTALIZAR A ATUAÇÃO DO DISPOSITIVO CONTRACOLONIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Marília Fernanda Pereira Leite⁷

Acontecimentalizar o percurso de avanços institucionais na primeira universidade federal no interior da Amazônia, percurso que é parte do meu fazer docente na instituição, é também escrever um momento histórico em que também sou parte. Como nos alertou Bell Hooks, “a academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado”, paraísos são criados pela aprendizagem, paraísos que impedem a queda do céu (Kopenawa; Albert, 2015) e nos apontam caminhos para uma Pedagogia Libertadora (Freire, 2020). Escrever é acontecimentalizar (Foucault, 2006) a partir de nossas experiências enquanto sujeitas e sujeitos no mundo. Para Foucault (2006, p.339), acontecimentalizar é “reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias, etc... que em um dado momento, formaram o que em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade”. Reconhecer a existência e os efeitos de movimentos contracoloniais, é ressaltar as guerras vencidas em uma sociedade forjada pela violência, sem apagar ou invisibilizar a resistência de povos que nunca aceitaram de forma pacífica os métodos e técnicas de domínio dos colonizadores. Se não formos nós, docentes negras(os) e indígenas, os escrevintes da história da resistência, da contracolonialidade, os sujeitos e sujeitas desse processo histórico de acontecimentalizar os processos e avanços políticos acadêmicos, quem fará? Os opressores? Nesta apresentação, ressaltarei no formato do gênero textual escrevivência, o percurso revolucionário dos povos afropindorâmicos (Santos, 2015) que fazem a Ufopa. Através do dispositivo contracolonial, analiso o processo de construção da FAIN e de criação do Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural da Ufopa no fim de 2022. A nova unidade acadêmica é resultado das reivindicações do movimento social indígena dos povos localizados no oeste do Pará. O ano de 2023 é um marco histórico no avanço da política de permanência da instituição, nesta apresentação, também abordarei o conjunto heterogêneo do dispositivo contracolonial que contribuiu para tais avanços.

Palavras-chave: Escrevivência docente. Dispositivo contracolonial. Povos afropindorâmicos nas universidades. Lei de cotas. Políticas de permanência.

⁷ Doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (PPGL/Ufpa). Mestra em Letras: Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora no Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural da Universidade Federal do Oeste do Pará (IFII/Ufopa). Integrante do Movimento Negro Unificado no Pará (MNU/PA) e da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Atualmente é Coordenadora Geral do Núcleo Ação Saberes Indígenas da Ufopa (Asie/Ufopa). E-mail: marilia.leite@ufopa.edu.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

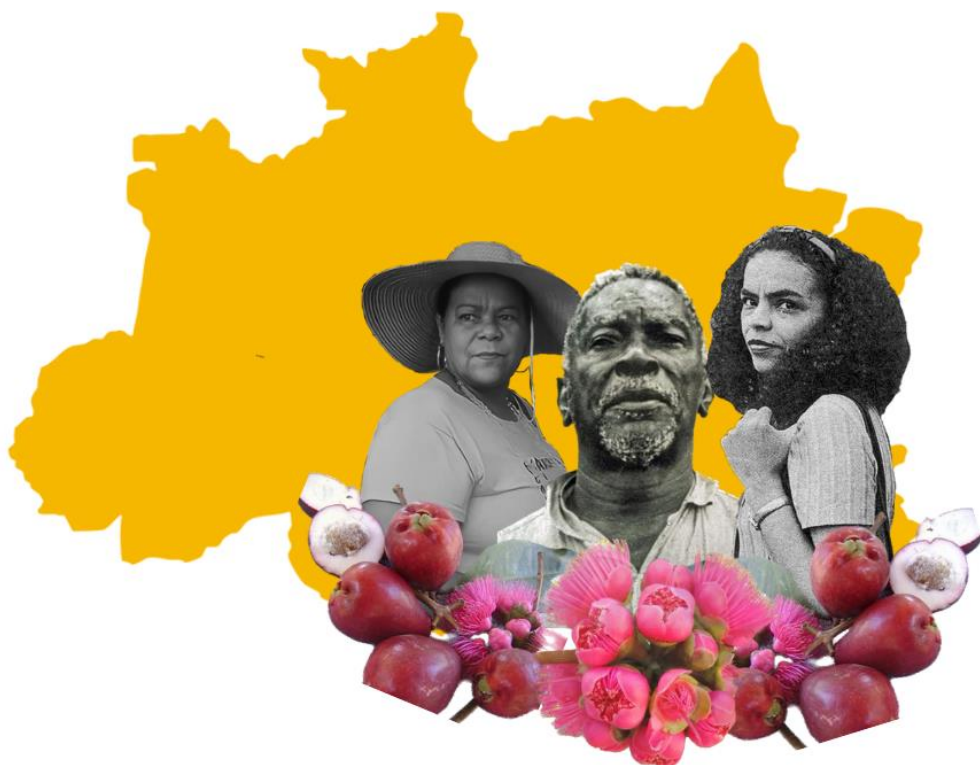
HACKEAR, AQUILOMBAR E NORTIFICAR: PROCESSOS ARTÍSTICOS DE UMA EDUCAÇÃO MENOR

Rodrigo Pedro Casteleira⁸

As provocações aqui propostas intentam articular posições da sociologia da arte junto de algumas pessoas artistas, a fim de discutir a perspectiva de hackeamento. No campo artístico, a opção por Waleff Dias, Nau Vegar e Diógenes, de modo arbitrário, se deu por pensar em um recorte dentro da perspectiva de uma educação menor, ou seja, de uma educação mais escapadiça e fora dos eixos programáticos dos grandes documentos (Gallo, 2016). Como são artistas nortistas de circulação fora do chamado *mainstream*, talvez os modos organizados para pensar e materializar suas obras sejam fruto das vivências sociais somadas ao processo de hackear (Casteleira, 2018). O conceito de hackear é discutido por Casteleira (2018), Lemos (2004), Raymond (2003), Samuel (2004), Taylor (1999) e Turkle (1984), para citar alguns nomes que capturei ao longo do processo de investigação, sob uma conduta mais próxima da cartografia do que do estado da arte. A cartografia foi definida como método por prever a possibilidade de elementos não apenas acadêmicos junto ao processo de pesquisa, uma vez que o mapa é aberto e “conectável em todas as suas dimensões” (Deleuze, 1995, p. 22). A produção dos trabalhos artísticos, por exemplo, fora articulada junto da discussão de branquitude (Fanon, 1952; Faustino, 2017) e decolonialidade (Casteleira; Campos, 2019; Castro-Gómez, Grosfoguel, 2007; Grosfoguel, 2009), uma vez que o processo de educação no Brasil se deu orquestrado historicamente pela branquitude. Essas autorias, junto das demais, pode revelar em que medida as produções intentam escapar da lógica branco-centrada, além de dar pistas de uma espécie de aquilombar na Região Norte.

Palavras-chave: Hackear. Educação menor. Decolonialidade. Região Norte.

⁸ Doutor em Educação, Mestre em Ciências Sociais e Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor no Departamento Acadêmico de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia, Campus Vilhena (Daced-VHA/Unir). Integrante dos seguintes grupos: Núcleo de Pesquisas e Estudos em Diversidade Sexual da UEM; Núcleo De Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros da UEM (Neiab/UEM). Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Gêneros, Discursos e Comunicação na Amazônia Ocidental da Unir. E-mail: pccasteleira@gmail.com



SESSÃO TEMÁTICA

HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-
BRASILEIRA E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

APRESENTAÇÃO – SESSÃO TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Coordenação: Profa. Dra. Flávia Rodrigues Lima da Rocha⁹ e Profa. Ma. Andressa Queiroz da Silva¹⁰

O presente grupo de trabalho é um espaço para que se dê visibilidade a práticas pedagógicas que efetivem a Lei 10.639/2003 e pesquisas sobre a referida lei e as DCNerer (2004). Sua importância está em discutir uma temática ainda muito estigmatizada e silenciada em nossas escolas e instituições de ensino superior. Seu objetivo é não somente compartilhar trabalhos que promovam igualdade racial no ambiente escolar, como também mostrar como é possível fazer esta lei ser executada na prática, a fim de mobilizar outros profissionais da educação a se envolverem com esta temática e inclui-la em sua práxis pedagógica. Segundo Gomes (2011), a efetivação da referida lei exige mudanças estruturais, em específico, a mudança deve começar na mentalidade de toda comunidade escolar, no intuito de romper com o racismo secular e institucional que todo sujeito negro enfrenta em sua sala de aula.

Por isso, espera-se com este grupo de trabalho fortaleça as práticas pedagógicas e pesquisas em favor de igualdade racial no ambiente escolar, como também motivar o desenvolvimento de outras mais.

⁹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Letras: Linguagem e Identidade e Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Professora Adjunta do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Ufac (CFCH/Ufac). Coordenadora o Programa de Residência Pedagógica do Curso de Licenciatura em História. Líder do Grupo de Pesquisa “O processo de Construção do Docente em História: possibilidades e desafios da formação inicial e da formação continuada do fazer-se historiador em sala de aula”. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Editora Chefe da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir). E-mail: flavia.rocha@ufac.br

¹⁰ Doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Letras: linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Mestra em Letras: linguagem e identidade pela Ufac. Graduada em Licenciatura em Letras Português pela Ufac em Bacharel em Serviço Social pela Faculdade da Amazônia Ocidental (FAAO). Formada no curso de aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na escola pela Ufac e no Aperfeiçoamento Educação para as Relações Étnico-raciais na Educação Básica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Famílias e Representações Familiares pela FAAO. É pesquisadora do Laboratório de Pesquisa Observatório de Discriminação da Ufac (LabODR) e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Professora da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE/AC). E-mail: andressa.queiroz@sou.ufac.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

CONHECENDO A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL DOS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UM ESTUDO DE CASO

Ana Clara Xavier Maia Gelpke¹¹

Ana Evelyn Andrade Martins¹²

Natália Caroline Moura de Carvalho¹³

Luciney Araújo Leitão¹⁴

O presente trabalho tem por objetivo compreender a composição étnica dos estudantes de Ensino Médio do Colégio de Aplicação da Ufac (CAp/Ufac) no ano de 2023. Considerando aspectos históricos e sociais da sociedade brasileira, a temática da diversidade étnico-racial adquire suma importância no contexto do ensino básico. Para a análise da situação, utilizou-se o conceito de sujeito coletivo trabalhado por Figueiredo, Chiari e De Goulart (2013). O levantamento de dados deu-se por meio do compartilhamento direto de questionários digitais de caráter quali-quantitativo, destinado aos discentes do Ensino Médio do CAp/Ufac, apoiando-se na modalidade exploratória, obteve-se uma aderência do alunado de 78% dos alunos matriculados no Ensino Médio do Colégio de Aplicação. A primeira questão teve o objetivo de comparar os dados obtidos com dados oficiais da secretaria escolar quanto à diversidade étnico-racial. Constatamos que 52,3% dos alunos declaram-se pardos, enquanto 27,3% declaram-se brancos e 13,6%, declaram-se negros. Os dados coletados nos questionários apresentam-se distantes dos mapeados pela secretaria escolar a partir da autodeclaração obrigatória, apresentada pelos responsáveis no ato da matrícula, no qual apresenta 63% dos alunos como pardos, enquanto 32,9% são brancos e apenas 3,4% são negros. Quanto a projetos que abordem diversidade étnico-racial no ambiente escolar, 95% dos resultados acreditam que a escola poderia desenvolver projetos com temáticas voltadas à educação étnico-racial e diversidade cultural. Percebe-se a consciência coletiva do alunado “capiano” da necessidade de construção de uma comunidade étnico-racial presente no meio escolar. Outro fator de importância foi que 23,8% dos discentes entrevistados relataram já terem sofrido situações esporádicas ou frequentes de discriminação racial no ambiente escolar, o que reforça a necessidade do desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados para a conscientização da comunidade escolar quanto à temática. Com isso, identificou-se que, no ambiente do CAp/Ufac, diversidade étnico-racial não é expressa de forma suficiente, pois, para grande parte dos alunos, a autodeclaração é envolta pelo desconhecimento da temática étnico-racial, assim como há a necessidade de fomentar no ambiente escolar projetos educacionais sobre a temática.

Palavras-chave: Autodeclaração. Colégio de Aplicação. Ensino Médio.

¹¹ Estudante Secundarista do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (CAp/Ufac). E-mail: ana.gelpke@sou.ufac.br

¹² Estudante Secundarista do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (CAp/Ufac). Bolsista no Projeto Afrocientista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). E-mail: ana.evelyn@sou.ufac.br

¹³ Estudante Secundarista do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (CAp/Ufac). E-mail: natalia.carvalho@sou.ufac.br

¹⁴ Professor de Sociologia EBTB do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (CAp/Ufac). Professor colaborador no Projeto Afrocientista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). E-mail: araujo.ney@gmail.com



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

DESNATURALIZANDO A IDENTIDADE NACIONAL: UM PROJETO PARA COMPREENDER AS LEI 10.639 E 11.645 NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFAC

Ana Evelyn Andrade Martins¹⁵

Natália Caroline Moura de Carvalho¹⁶

Ana Clara Xavier Maia Gelpke¹⁷

Luciney Araújo Leitão¹⁸

O Projeto de Ensino “A Formação da Identidade Nacional: Debates Necessários Sobre a Lei 10.639 E 11.645”, desenvolvido em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac), teve como foco central os principais reflexos da miscigenação e do apagamento de traços das culturas afro e indígenas em nossa sociedade contemporânea. A partir de fragmentos das obras: ‘Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal’ (1954) e ‘Sobrados e Mucambos’ (1981), de Gilberto Freyre, encontram-se enraizadas em nosso cotidiano os reflexos da teoria da Democracia Racial, que acabam fortalecendo o discurso da relativização do racismo em nossa sociedade. O debate acerca da construção da identidade nacional e seus reflexos em nossa sociedade contemporânea foi o tema debatido na disciplina de Sociologia com as turmas da Segunda Série de Ensino Médio do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (CAp/Ufac). Compreender a formação de nossa brasilidade, nossa formação social, nossa identidade étnica e cultural e a dinâmica das relações entre os povos que construíram nosso Brasil é um exercício contínuo na desconstrução de uma visão eurocêntrica de nossa identidade cultural. O eurocentrismo apresenta o olhar de que o Brasil é constituído apenas por elementos oriundos de traços culturais dominantes provindos do colonizador europeu, e que encontra eco em nossa história oficial, levando ao estigma e ao apagamento de traços culturais de indígenas e negros de nossa sociedade. O projeto foi dividido em quatro painéis temáticos na forma de rodas de conversas, mediados por professores e pesquisadores dos cursos de História e Ciências Sociais da Universidade Federal do Acre. As conversas foram divididas nas seguintes temáticas: 1 – A construção da identidade nacional: Os Brasis pela ótica Sociológica dos anos 30; 2- O protagonismo dos povos nativos: entre línguas, linguagens e diversidades; 3 – A história da África e do negro no Brasil de hoje: Fundamentos e propostas para a compreensão da lei 10.639; e 4 - A inferência de pessoas brancas no processo de (des)construção do racismo. Os painéis temáticos buscaram desconstruir a mítica de que o Estado brasileiro é caracterizado pelo colonialismo, o escravismo e pelas regras da coroa Portuguesa. Estes exerceram forte papel na construção do Brasil, além de possuírem protagonismo na ocultação e no estigma de traços das culturas afro e indígena, além da imposição da cultura europeia como legítima na

¹⁵ Estudante Secundarista do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (CAp/Ufac). Bolsista no Projeto Afrocientista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). E-mail: ana.evelyn@sou.ufac.br

¹⁶ Estudante Secundarista do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (CAp/Ufac). E-mail: natalia.carvalho@sou.ufac.br

¹⁷ Estudante Secundarista do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (CAp/Ufac). E-mail: ana.gelpke@sou.ufac.br

¹⁸ Professor de Sociologia EBTT do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (CAp/Ufac). Professor colaborador no Projeto Afrocientista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). E-mail: araujo.ney@gmail.com



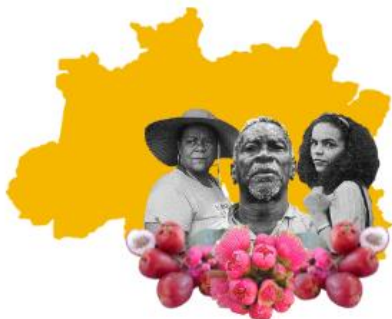
IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

formação de nossa identidade. Dessa maneira, os principais resultados obtidos com o projeto de ensino foram a reflexão das Leis 10.639 e 11.645, e a construção de um outro olhar sobre os povos indígenas e afro-brasileiros através de vivências cotidianas da comunidade escolar. Buscou-se apresentar como o papel do indígena e do negro é configurado ao longo de nossa história oficial, como o modelo de colonização levou ao processo de escravização e ao estigma social, bem como a exclusão do acesso à riqueza produzida no país.

Palavras-chave: Colégio de Aplicação. Gilberto Freyre. Leis 10.639 e 11.645. Projeto de Ensino.



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

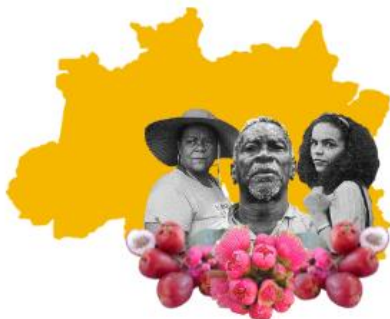
ANTIRRACISMO E O ENSINO DE LÍNGUAS: UMA ANÁLISE DO PLANO DE CURSO ORIENTADO DO ESTADO DO ACRE

Andressa Queiroz da Silva¹⁹

Desde a aprovação da Lei n.º 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, muitos professores viram-se diante de um desafio: muitos deles não tiveram acesso referente à temática na formação inicial e/ou continuada. Quando se aborda especificamente o ensino de línguas, alguns professores acreditam que a educação linguística antirracista (Souza Neto, 2021) é somente elencar uma lista de “palavras proibidas” e outros acreditam que a “tarefa” de realizar o ensino da referida temática é dos componentes curriculares de história e artes. Dessa maneira, o presente trabalho objetiva analisar o currículo base da Educação Básica do Estado do Acre, do segmento anos finais do ensino fundamental, que passou por mudanças diante da imposição da Base Nacional Comum Curricular. Para alcançar o objetivo proposto, será utilizada como metodologia a análise documental, uma vez que o objeto de análise desta pesquisa em andamento é um documento oficial e, como referencial teórico, os estudos críticos de currículo, como Silva (2005, 2014); sobre o tema da Lei n. 10639/2003, Gomes (2018, 2020) e referente ao ensino de línguas e o racismo linguístico, Souza Neto (2021) e Nascimento (2019), respectivamente. Assim, espera-se com este trabalho identificar de que forma o currículo do componente de Língua Portuguesa pode possibilitar a efetivação da Lei 10.639/2003. Infere-se que professores que obtiveram formação inicial ou continuada sobre a temática, mesmo diante do currículo mais contraditório e refutado, irão efetivar a referida lei de alguma forma.

Palavras-chave: Ensino de Línguas. Educação Linguística Antirracista. Lei 10.639/2003. Currículo. BNCC.

¹⁹ Doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Letras: linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Mestra em Letras: linguagem e identidade pela Ufac. Graduada em Licenciatura em Letras Português pela Ufac em Bacharel em Serviço Social pela Faculdade da Amazônia Ocidental (FAAO). Formada no curso de aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na escola pela Ufac e no Aperfeiçoamento Educação para as Relações Étnico-raciais na Educação Básica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Famílias e Representações Familiares pela FAAO. É pesquisadora do Laboratório de Pesquisa Observatório de Discriminação da Ufac (LabODR/UFAC) e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Professora da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE/AC). E-mail: andressa.queiroz@sou.ufac.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

O EU-RESIDENTE E O EU-PROFESSORA-PRECEPTORA: ERER E O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UFAC

Beatriz Domingos da Silva²⁰

O Programa Institucional de Residência Pedagógica tem o objetivo de promover ações que oportunizem aos docentes em formação uma melhor capacitação desta formação inicial ao proporcionar, de maneira ativa, vivências mais constantes da relação entre a teoria e a prática docente. Assim, o presente texto faz um pequeno relato de duas experiências da vivência didático-pedagógica do Programa Institucional de Residência Pedagógica (PRP), no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac), a primeira enquanto residente, no ano de 2018, e a outra enquanto professora-preceptora (2022-atual), realizando uma análise especificamente sobre o tema da Educação das Relações Étnico-Raciais, ao trabalhar o “problema/desafio” da efetivação da Lei n. 10.639/2003. Dessa maneira, a metodologia empregada é o relato de experiência e a análise documental. Este trabalho tem como referenciais teóricos Bittencourt (2004), Monteiro (2007), Moreira (2017), dentre outras obras que dialogam sobre a formação de professora(es) e o ensino de História, assim como Gomes (2012) e Munanga (2012), que discutem sobre práticas pedagógicas e o trabalho com relação a Educação das Relações Étnico-Raciais. Podemos inferir, dessa maneira, que o programa Residência Pedagógica contribui de maneira positiva para a formação de professores, além de propiciar a existência de discussões e reflexões acerca desse conhecimento e de uma prática educacional mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Programa de Residência Pedagógica. Formação Inicial de Professores. ERER.

²⁰ Mestra em Educação pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Graduada em Licenciatura em História pela Ufac. Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Professora da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE/AC). E-mail: beatrizufac@gmail.com



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

ENTRE HISTÓRIA PÚBLICA E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA ANÁLISE DAS REDES SOCIAIS NO NEABI/UFAC (2018-2022)

Danilo Rodrigues do Nascimento²¹

Geovanna Moraes de Almeida²²

Este trabalho foi articulado a partir das publicações nas redes sociais do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Deste modo, o objetivo delineado foi refletir sobre as publicações a partir da pedagogia decolonial, efetivação da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - DCNerer (2004). Nesse sentido, este trabalho é importante, porque traz linguagens outras na promoção, execução e form(ação) de letramento racial a partir das redes sociais (Instagram, Facebook e Youtube), mas também possibilita a publicização de conteúdos, temáticas e informações voltadas para as temáticas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Neste primeiro momento, o caminho teórico-metodológico foi alicerçado com a pesquisa bibliográfica referente ao eixo da pedagogia decolonial, efetivação da Lei 10.639/2003 e DCNerer (2004), a pesquisa descritiva foi articulada a partir de três postagens das redes sociais do Neabi/Ufac, voltadas para a efetivação da Lei 10.639/2008 e da Educação das relações étnico-raciais. Assim, dialogamos com os seguintes autores: Gomes (2017), Oliveira (2021), Mauad, Almeida e Santhiago (2016), Lévy (1999), Castells (1999), Bédarida (2002), entre outros. Portanto, foi possível inferir, como a História Pública é importante na difusão de conhecimento para além dos muros das instituições, e esta perspectiva histórica conectada com as redes sociais são ferramentas importantes na difusão de conhecimentos decoloniais para diversos públicos na produção de letramento racial e no desenvolvimento de uma Educação das Relações Étnico-Raciais.

Palavras-chave: História Pública. Pedagogia Decolonial. Educação das Relações Étnico-Raciais.

²¹ Doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Letras: linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Mestre em Letras: linguagem e identidade e Graduado em Bacharel e Licenciatura em História pela Ufac. Concluinte do curso de aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na escola pela Ufac. Professor Substituto no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Ufac (CFCH/Ufac). Pesquisador do Laboratório de Interculturalidade (Labinter) e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: danilo.rodrigues@ufac.br

²² Mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Discente do Curso de Bacharelado em História na Ufac. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Tutora no Programa de Extensão Educação Antirracista e componente do corpo editorial da Das Amazônias/Revista Discente de História da Universidade Federal do Acre. Filiada à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e à Associação Nacional de História (Anpuh), seção Acre. Atua no Fórum Permanente de Educação Étnico-racial de Rio Branco (FPEER/RB). E-mail: geovanna.almeida@sou.ufac.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

INOVAÇÕES E DESAFIOS DO MUNDO GLOBALIZADO PARA A POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA: UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICO PEDAGÓGICA

Ellen Cristina Setubal Brito²³
Ló-Ruama Íllary Freires Pereira²⁴

Com a implementação da Lei 10.639/2003, o Plano Nacional de Livro Didático passou por alterações para que os novos materiais didáticos não apenas abordassem a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, como também repensassem as abordagens utilizadas acerca da população negra. Porém, 20 anos após o decreto da lei supracitada, ainda é possível encontrar lacunas e invisibilidade da contribuição de pessoas negras no decorrer da história. Objetiva-se, neste trabalho, apresentar as lacunas encontradas referentes à população negra no mundo globalizado a partir de uma experiência didático pedagógica com o livro de história do 9º ano, Araribá Mais História, da Editora Moderna. A pesquisa foi realizada durante a disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira do curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Acre, no ano de 2022, onde, além de encontrar a invisibilidade da participação da população negra na história do Brasil, bem como da ausência de conteúdos antirracistas, as discentes propuseram novas abordagens que pudessem contribuir para o preenchimento e enriquecimento de tais lacunas. A construção metodológica deste trabalho se caracteriza como qualitativa, um vez que foi realizada uma análise teórico-metodológica em torno do conteúdo disponibilizado no livro didático. Com o uso de Almeida (2018), Brasil (2016), Gomes (2017), e Nogueira (2020), foi possível fazer a contextualização da problemática apontada. A partir dos textos encontrados é percebido o déficit sobre a população negra no mundo globalizado, estando de forma estrutural em instituições e grupos, podendo, então, mudar esta realidade a partir de ações antirracistas através de núcleos formativos e legitimidade da luta do movimento negro.

Palavras-chave: População Negra. Globalização. Livro Didático. Racismo. Antirracismo.

²³ Pós-Graduação *Lato Sensu* em andamento no Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Ufac). Graduada em Licenciatura em História pela Ufac. Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Filiada à Associação de Mulheres Negras do Acre e seus apoiadores (AMN/AC) e à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). E-mail: ellensetubal.14@gmail.com

²⁴ Pós-graduação *Lato Sensu* em andamento no Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Ufac). Graduada em Licenciatura em História pela Ufac. Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: pereiraloruama@gmail.com



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

O EMPODERAMENTO NEGRO FEMININO REPRESENTADO NOS FILMES DO PANTERA NEGRA: O Matriarcado Africano nas Telas de Cinema

Geovanna Moraes de Almeida²⁵
Danilo Rodrigues do Nascimento²⁶

Levando em consideração o racismo estrutural no Brasil, esse trabalho trata de ressignificar o imaginário acerca da negritude feminina, a partir de uma perspectiva antirracista, por meio de uma análise do protagonismo das mulheres africanas representado nos filmes “Pantera Negra” (2018; 2022). Embora tenha-se construído no Brasil um ideário sobre a mulher negra, sempre colocando-a em posições secundárias e/ou inferiores, além de haver a hipersexualização desta personagem social, é irrefutável que elas possuem papel de grande preponderância nas civilizações africanas. Esse papel se reproduz na construção da sociedade brasileira, sendo invisibilizado em nome da branquitude. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a participação feminina dentro dos filmes do “Pantera Negra”, considerando sua influência nas civilizações africanas. Tem-se aqui uma abordagem qualitativa de pesquisa, com a metodologia baseada na observação discursiva dos filmes em questão para levantamento de pontos que positivam a figura feminina em contexto africano. Este texto apoia-se teoricamente em Nascimento (2008), Almeida (2019), Dijk (2021) e Lopes Junior e Silva (2020). Observou-se que os filmes do Pantera Negra (2018; 2022) valorizam a inteligência e a força da mulher Africana e faz reverência às mulheres, principalmente no que diz respeito às figuras das rainhas Mãe. Por esse motivo, a análise dos filmes do Parenta Negra é tão importante, pois quebra com paradigmas construídos sobre a figura da mulher negra, dando a elas o seu devido papel de prestígio.

Palavras-chave: Mulher Negra. Civilizações Africanas. Decolonial. Filme. Pantera Negra.

²⁵ Mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Discente do Curso de Bacharelado em História na Ufac. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Tutora no Programa de Extensão Educação Antirracista e componente do corpo editorial da Das Amazônias/Revista Discente de História da Universidade Federal do Acre. Filiada à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e à Associação Nacional de História (Anpuh), seção Acre. Atua no Fórum Permanente de Educação Étnico-racial de Rio Branco (FPEER/RB). E-mail: geovanna.almeida@sou.ufac.br

²⁶ Doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Letras: linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Mestre em Letras: linguagem e identidade e Graduado em Bacharel e Licenciatura em História pela Ufac. Concluinte do curso de aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na escola pela Ufac. Professor Substituto no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Ufac (CFCH/Ufac). Pesquisador do Laboratório de Interculturalidade (Labinter) e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: danilo.rodrigues@ufac.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

O PROFESSOR EXU NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM BELÉM DO PARÁ

Hellaene Vitória da Silva Corrêa²⁷

Este estudo tem como objetivo analisar a figura do orixá Exu como educador na construção da educação antirracista em Belém do Pará, região amazônica. Com base na relevância de Exu nas religiões de matriz africana e sua vasta simbologia cultural, o Exu pode ser uma figura pedagógica eficaz na desconstrução do racismo religioso. A metodologia da pesquisa é bibliográfica e documental, pois incorpora como fontes as contribuições de diversos autores que abordam a intersecção entre conhecimento, cultura afro-brasileira, educação antirracista e as leis que combatem o racismo religioso, a laicidade do Estado e a incorporação de histórias africanas na educação básica (Brasil, 2023; Brasil, 1891; Brasil, 2003). A abordagem metodológica adotada neste estudo é qualitativa, para compreender profundamente as questões em foco. A pesquisa tem como aporte teórico que embasa a análise as perspectivas de Rufino (2019), Pereira (2022) e Brandão (2002). Rufino (2019), em "Pedagogia das Encruzilhadas", reconhece a importância das sabedorias ancestrais, a luta contra o esquecimento e a valorização das narrativas transgressoras e resilientes; Pereira (2022), cuja obra "Exu nas Escolas" contribui com uma abordagem prática e inovadora para a transformação da educação. A ideia de transformar a sala de aula em uma encruzilhada, um espaço de reflexão e convergência, é destacada como um método para democratizar o conhecimento e engajar estudantes e professores em uma abordagem circular e dinâmica de ensino-aprendizagem; Brandão (2002), ao trazer "O Que é Educação", reforça a ubiquidade da educação em nossas vidas e a diversidade de formas pelas quais ela ocorre. Ele nos convida a considerar a educação como um conjunto de processos complexos e diversos, presentes em várias esferas da vida cotidiana, incluindo a cultura e a tradição. Nessa perspectiva, o estudo envolveu análise crítica das práticas educacionais propostas por esses autores, a fim de explorar sua aplicação concreta na promoção de uma educação antirracista, dando destaque, também, às leis que cooperam para a laicidade do Estado e a proteção estatal aos povos de matriz africana que colabora para a formação do Estado brasileiro multicultural. Este estudo é desenvolvido com o apoio e vinculação institucional à Universidade do Estado do Pará - Centro de Ciências Sociais e Educação (Uepa - CCSE).

Palavras-chave: Exu. Educação Antirracista. Cultura Afro-brasileira.

²⁷ Discente no Curso de Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará (Uepa). E-mail: hellaene@gmail.com



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

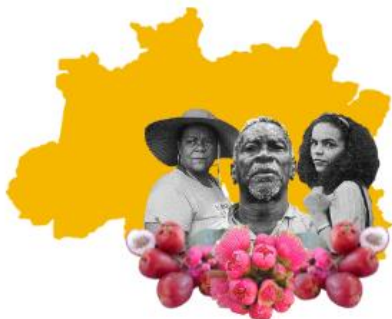
VIOLÊNCIA POLICIAL E O RACISMO INSTITUCIONAL: O CASO GENIVALDO DE JESUS SANTOS PELA PERSPECTIVA DE JORNAIS BRASILEIROS

Ingrid de Sousa Andrade²⁸

O presente escrito objetiva apresentar a pesquisa em andamento que tem como objeto de estudo o caso de Genivaldo de Jesus Santos, homem negro morto asfixiado em abordagem truculenta da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O referido caso foi relatado em jornais de todo o país. Entretanto, para este trabalho, estão selecionados os seguintes jornais de circulação online: Uol, BBC News Brasil e G1. Para estudar os textos jornalísticos, a metodologia da análise de discurso será empregada a partir do autor Dijk (2008). Além disso, referenciais teóricos dos estudos críticos de raça e discurso na mídia, como Silva e Rosemberg (2008) e Almeida (2019) serão utilizados como aporte bibliográfico; estabelecendo relações com a violência policial interligada com o racismo. Percebe-se, nos jornais considerados mais progressistas, que ainda há uma negação sistemática do racismo e da necropolítica (Mbembe, 2011) por parte de jornalistas, categoria profissional que, no Brasil, é majoritariamente composta por pessoas brancas (Silva; Rosemberg, 2008).

Palavras-chave: Racismo Institucional. Violência Policial. Mídia. Necropolítica.

²⁸ Graduada em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Discente no Curso de Jornalismo da Ufac. E-mail: ingrid.andrade@sou.ufac.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

ANTIRRACISMO EM PAUTA COMO FERRAMENTA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Jardel Silva França²⁹

O trabalho aqui apresentado tem por objetivo compartilhar as experiências vividas durante os anos de 2022 a 2023 como membro da equipe de edição e redação da coluna jornalística Antirracismo em Pauta, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). A coluna tem periodicidade quinzenal no jornal A Gazeta, periódico privado cujas origens datam do século passado, quando então tinha apenas o formato de impressão *standard*, perfazendo um quantitativo de dois cadernos distribuídos entre um conjunto médio de oito a dez páginas frente e verso. Sendo importante ressaltar que o jornal em comento faz parte do grupo de comunicação homônimo, composto ainda por emissora de rádio FM e canal de TV com a reprodução da programação da TV Record, além de ser vinculado a políticos conservadores ligados ao atual governo do estado do Acre. Dentro deste quadro traçado para compreensão do “lôcus” de difusão da coluna, acrescido de sua manifestação como conquista de espaço na luta de combate ao racismo, cabe dizer que a vinculação da coluna Antirracismo em Pauta é exclusivamente no formato *on-line* de A Gazeta, restringindo, assim, o campo de abrangência de público daquela mídia. Frente a este contexto de resistência, propomos o presente texto tomando como referenciais Almeida (2020), Bettezini e Reginato (2016) Gonçalves e Silva (2000), Gomes (2017), a fim de pensarmos, por meio da coluna, a mídia digital como ferramenta educadora e de enfrentamento ao racismo, além de ponderarmos, sob a perspectiva editorial, como são desenvolvidos os artigos publicizados para leitores em geral. Considerando isso, a metodologia parte de nossas observações e atuação na equipe de colunistas. De tal modo, a apresentação da comunicação se organiza em uma breve introdução, dialogando sobre o perfil atual do jornal dentro da conjuntura social e política do Acre, considerando para tanto os apontamentos de Barros (2013) acerca do “lugar de produção” e dos veículos de comunicação como fontes históricas, à luz de Lucca (2008), as características da coluna, abordando sua divisão interna e funcionamento, para, então, adentrar nas reflexões tangentes ao papel da nossa coluna temática. Por fim, através dos textos da coluna foi possível aferir que tal veículo jornalístico é um grande possibilitador e disseminador de saberes que perfazem as temáticas africanas, afro-brasileiras e indígenas, englobadas nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Palavras-chave: Antirracismo em Pauta. Coluna jornalística. Educação antirracista. Neabi/Ufac.

²⁹ Mestre em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (Ufac). Graduado em Licenciatura em História pela Ufac. Aperfeiçoado Uniafro em Políticas de Promoção de Igualdade Racial na Escola pela Ufac. Integrante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: jardelfranca2509@gmail.com



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

A FESTA DO DIVINO E A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003

Joely Coelho Santiago³⁰

Este trabalho objetiva analisar a festa do Divino, no Vale do Guaporé, estado de Rondônia, considerando a Lei 10.639/2003. A festa do Divino tem suas origens ligadas à Portugal, sendo realizada, há mais de 120 anos, em comunidades quilombolas, indígenas e bolivianas, na fronteira Brasil Bolívia. Dito isto, este estudo é do tipo bibliográfico e etnográfico, de natureza qualitativa, a partir da observação participante e aplicação de questionário semiestruturado com antigos festeiros do Divino, no qual foi possível estabelecer discussão teórica entre Martha Abreu (1999); Ynaê Santos (2022); Nilma Gomes (2005); Kabengele Munanga (2005), dentre outro(a)s. Justifica-se este estudo mediante possibilidade de ampliar discussões sobre História e Cultura africana e Afro-brasileira e educação das relações étnico-raciais: danças, músicas, culinárias, cores, sabores e legados de forma geral, pois somos frutos de uma geração que recebeu como herança o negro ligado aos navios negreiros, à casa grande e à senzala.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003. História e Cultura Afro-brasileira. Festa do Divino. Vale do Guaporé.

³⁰ Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Mestra em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia (Unir). Graduada em Licenciatura em Letras e suas respectivas Literaturas pela Unir e em Licenciatura em História pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (Faveni). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisas Interdisciplinares Afro e Amazônicas (Gepiaa) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Culturalidades e Historicidades Africanas e da Diáspora Negra (Chade). Filiada à Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic). E-mail: joely.santiago@sou.ufac.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

PROSTITUIÇÃO NA CIDADE DE RIO BRANCO - AC: UMA ANÁLISE DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Larissa Oliveira dos Santos³¹

O presente trabalho parte de uma pesquisa bibliográfica que usa como principal fonte os jornais impressos da Fundação Biblioteca Nacional, que estão disponíveis na Hemeroteca digital, da década de 1980 a 1985, como: Folha do Acre, Diário do Acre e o Repiquete. Estes mostram-nos que a prostituição estava presente, principalmente, entre os adolescentes pobres e que os principais contratantes eram homens da alta sociedade. O objetivo desta pesquisa é fazer um recorte de raça, gênero e classe, pois sabemos que boa parte dos sujeitos que se prostituem são mulheres, porém, na maioria dos casos noticiados, não há um recorte racial, por mais que os periódicos apontem duramente questões de classe, por exemplo, mulheres que moram ou cujos prostíbulos são localizados em bairros periféricos. Além disso, marcar a questão da prostituição em alguns bairros de Rio Branco, locais bastante conhecidos como de zona de prostituição, à guisa de exemplo o bairro Papoco, localizado na zona central da cidade e conhecido também como área de uso de droga. Ressalta-se que as mulheres e adolescentes ditas prostitutas não são criminosas, a Classificação Brasileira de Ocupações-CBO reconhece a prostituição como trabalho, mesmo a profissão não é legalizada, ou seja, o serviço da prostituição não se caracteriza como crime. Para o embasamento teórico e metodológico será feita uma revisão bibliográfica nos escritos de classe, gênero e raça das autoras: Sueli Carneiro (2002) e Lélia Gonzalez (1984). A perspectiva é que, ao final da pesquisa, seja possível identificar raça, gênero e classe destes profissionais, trazendo à tona a cor/raça e condição socioeconômica a qual adolescentes e mulheres na década de 80 eram não somente submetidas, mas também retratados nos periódicos de Rio Branco-Acre.

Palavras-chave: Prostituição. Raça. Gênero. Classe. Jornais.

³¹ Pós-graduação Lato Sensu em andamento no Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Ufac). Graduada em Bacharelado em História e discente no Curso de Licenciatura em História pela Ufac. Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: larissa.santos@sou.ufac.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL E REFLEXÕES PARA A (RE) CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Liliane Bezerra da Silva³²
Joana Marques de Lima Saar Xavier³³
Ló-Ruama Íllary Freires Pereira³⁴
Thais Albuquerque Figueiredo³⁵

Este trabalho tem a intenção de compartilhar os resultados das rodas de conversas intituladas “Educação das relações étnico-raciais no Brasil e reflexões para a (re)construção de identidades” que são frutos de estudos, reflexões e pesquisas realizadas junto ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre. A proposta aconteceu na escola estadual José Ribamar Batista, com as turmas de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, nos horários de Sociologia e Projeto de vida, durante o ano de 2023. A escola está localizada na Baixada do Sol, Rio Branco – AC. “A identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo[...]. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder” (Silva, 2005, p. 96-97) e, por saber que, desde a primeira infância, mesmo após 20 anos da Lei nº 10.639/2003, permanece a ausência de acesso satisfatório aos conhecimentos que auxiliam crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos a construir uma identidade positivada, que valorize os seus pertencimentos étnico-raciais e que combatam todas as formas de preconceitos e discriminações, foi que propomos a presente ação. A proposta de trabalho tem como objetivos: destacar a importância da Educação das Relações Étnico-Raciais para a (re)construção das identidades; oportunizar reflexões que auxiliem na construção de novas percepções sobre África, História e Cultura Africana e Afro-brasileira e os povos originários e compartilhar como a Educação das Relações Étnico-Raciais melhora a convivência no ambiente educativo e na sociedade. Como forma de romper com a história única (Adichie, 2019) e levar uma educação antirracista, montamos um cantinho étnico-racial,

³² Graduada em Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Faculdade Barão do Rio Branco (FAB). Professora na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE/AC), lotada na Escola Estadual José Ribamar Batista (Ejorb). Discente no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Associada à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). E-mail: lilianeibf12@gmail.com

³³ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac) e em Pedagogia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas (ICSH). Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais, título obtido através do curso Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola da Ufac. Aperfeiçoada em Atendimento Educacional Especializado para o estudante com transtorno do espectro autista (TEA) pela Ufac e em Tecnologia na Educação, Ensino Híbrido e Inovação Pedagógica pela Universidade Federal do Ceará (UFCE). Discente no Curso de Letras Português da Ufac. Professora da Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco (Seme). Associada à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e à Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped). E-mail: joanamarx@gmail.com

³⁴ Pós-graduação Lato Sensu em andamento no Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Ufac). Graduada em Licenciatura em História pela Ufac. Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: pereiraloruama@gmail.com

³⁵ Mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI/Ufac). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Pesquisadora no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac), bem como nos respectivos grupos de pesquisas: Narrativa, Literatura e Jornalismo (Nalijor) e História e Cultura, Linguagem, Identidade e Memória (GPHClím). E-mail: figueiredo.thais.albur@gmail.com



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

composto por obras de literatura com personagens negros e indígenas, com tecido contendo adinkras africanos, com artes dos povos originários, bonecas (os) que apresentam a diversidade de tons de peles e tipos de cabelos e outros brinquedos que trazem a beleza que há nas diferenças para que a turma pudesse ter acesso e conhecer durante a roda de conversa. Foi utilizado slide com imagens e textos sobre a temática para propormos diálogos com as turmas. Como aporte teórico, utilizamos: Brasil (1996), Galeano (2002), Munanga (2005), Gomes (2012), Almeida (2019), Adichie (2019) e outros. Entre os resultados apresentados, podemos citar: construção de uma nova percepção sobre África; conhecimento de África como berço da humanidade, das Ciências, combate ao racismo; autoestima e valorização do pertencimento étnico-racial. A segunda etapa contou com roda de conversas, junto ao 3º ano sobre heteroidentificação.

Palavras-chaves: Racismo. Educação das Relações Étnico-Raciais. Identidade.



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Maycon David de Souza Pereira³⁶

Não é nada novo afirmar que o Brasil se estabelece enquanto estado-nação sob a égide do colonialismo e consequentemente do racismo, tornando-se assim estruturalmente racista. Nesse sentido, o racismo faz parte do cotidiano social, sobretudo nas instituições, em que este torna-se institucionalizado (Almeida, 2019), dessa forma, estabelecendo relações de desigualdades baseadas no critério raça/cor. Partindo desse pressuposto, esse estudo objetiva refletir sobre as políticas públicas de ações afirmativas como um caminho para a construção de uma Educação Antirracista, a fim de se combater esse mal que assola o estado brasileiro, em torno das políticas públicas que compreendem as leis 10.639/2003, 11.645/2008 e 12.711/2012, pois acreditamos que a Educação talvez seja uma das únicas saídas para se combater o racismo na sociedade brasileira. Sendo assim, essas políticas se constituem como medidas especiais e temporárias, a fim de uma reparação desse passado discriminatório, com o objetivo de acelerar o processo de reparação das desigualdades sofridas por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnico-raciais. Ainda, é defendida a ideia de tratar politicamente e juridicamente as questões de desigualdades sociais para que se construa um equilíbrio social (Piovesan, 2005). Para isso, seguiu-se uma pesquisa documental, em documentos legislativos oficiais como forma de coleta de dados (Lakatos; Marconi, 2017). Apoiando-se teoricamente em Cavalleiro (2001), Albuquerque; Fraga Filho (2006), Fonseca (2009), Oliveira; Candau (2010), Piovesan (2005), Pinsky (2010) e Silva; Regis; Miranda (2018). Assim, estima-se que as políticas públicas de ações afirmativas são pontos importantes para a construção de uma Educação Antirracista no Estado brasileiro, constituindo-se práticas de combate à ideia de inferioridade/superioridade dos indivíduos ou de grupos raciais e étnicos, que vai em direção a compreensão integral do sujeito e no qual a diversidade humana seja respeitada e valorizada.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Educação Antirracista. Políticas Públicas.

³⁶ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduado em Fisioterapia pela Faculdade Barão do Rio Branco (FAB). Discente do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Integrante e Coordenador de Ensino e Publicações do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Editor Gerente da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir). E-mail: maycon.pereira@sou.ufac.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

A NATURALIZAÇÃO DO RACISMO NA OBRA *CASA GRANDE E SENZALA*: INTERPRETANDO OS ESCRITOS DE GILBERTO FREYRE

Natália Caroline Moura de Carvalho³⁷

Ana Evelyn Martins Andrade³⁸

Ana Clara Xavier Maia Gelpke³⁹

Luciney Araújo Leitão⁴⁰

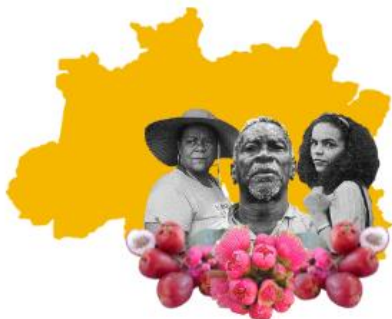
Compreender o racismo velado na literatura sociológica brasileira e sua estrutura enraizada em nossa sociedade é tema deste relato de experiência. A pesquisa teve como objetivo central compreender a partir da obra “Casa-grande & Senzala: em quadrinhos”, de Gilberto Freyre, a divisão social do Brasil Colônia e o papel do escravizado africano. Freyre nos direciona à compreensão de um Brasil constituído a partir da Família Patriarcal, com papéis sociais, religiosos, econômicos e políticos definidos, colocando a plasticidade do colonizador português e sua capacidade de adaptação em novas terras. Marcado por um sistema patriarcal rural e por um racismo velado que, ao mesmo tempo, enalteceram uma aproximação pacífica e harmoniosa entre brancos e negros. Utilizando o termo “espaços de sociabilidade”, o autor aponta a compreensão de um trânsito entre os sujeitos sociais em que a “casa” figurava como lugar central, o espaço agregador dos sentimentos e costumes, servindo de base para a construção do tipo ideal de cultura a ser adotada na recém sociedade brasileira. O objetivo da presente pesquisa parte da necessidade de avaliação do paralelo passado-presente, principalmente no que diz respeito às noções do africano escravizado. A partir da leitura e compreensão da representação das personagens, pode-se observar a disparidade entre as obras de Freyre, que descrevem e criam a imagem do Brasil Colonial e a real composição étnica daquele território, bem como as relações entre as personagens dessa narrativa, que fisionomizam a realidade. As obras de Freyre foram fundamentais para a construção de uma identidade racial brasileira que, através da miscigenação, oculta a diversidade étnica do Brasil oitocentista. Freyre cita diversas vezes em suas obras as relações estreitas entre os senhores e escravos antes da emancipação legal. Um olhar crítico acerca do conceito difundido pela sociologia freyreana, nos leva a compreender que a distorção criada pela democracia racial continua impregnada em nosso cotidiano. As manifestações do racismo ressignificam-se pela inferiorização de traços oriundos de África, seja ele negando-os ou apagando simbolicamente traços culturais. Ressalta-se que, pela democracia racial, aspectos da cultura africana passam a ser absorvidos como elementos da identidade nacional brasileira por meio de sua presença na cotidianidade. De acordo com Silva (2015), a democracia racial freyreana, desse modo, seria uma reconstrução fantasiosa do passado nacional, uma ideologia de falsa ilusão definida pela “ausência de preconceito e discriminação racial no Brasil e configurado pela existência de oportunidades econômicas e sociais iguais para negros e brancos” (Hasenbalg, 1979). Com isso, compreendemos que a democracia racial foi um mito que, de acordo com Florestan Fernandes (1971), ocultou as relações de dominação existentes na sociedade brasileira escravocrata e que ainda sobrevive no imaginário de nossa sociedade atual.

³⁷ Estudante Secundarista do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (CAp/Ufac). E-mail: natalia.carvalho@sou.ufac.br

³⁸ Estudante Secundarista do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (CAp/Ufac). Bolsista no Projeto Afrocientista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). E-mail: ana.evelyn@sou.ufac.br

³⁹ Estudante Secundarista do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (CAp/Ufac). E-mail: ana.gelpke@sou.ufac.br

⁴⁰ Professor de Sociologia EBTB do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (CAp/Ufac). Professor colaborador no Projeto Afrocientista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). E-mail: araujo.ney@gmail.com



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

Palavras-chave: Democracia Racial. Gilberto Freyre. Patriarcalismo. Racismo.



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

CLUBE DE LEITURAS DE AUTORES(AS) NEGROS(AS): PRÁTICA ANTIRRACISTA NECESSÁRIA PARA COMBATER O RACISMO NA EDUCAÇÃO

Olavo Lisboa dos Santos⁴¹

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o projeto de extensão “Clube de Leituras de Autores e Autoras Negras”. Eu, enquanto idealizador e coordenador, criei o clube com a intenção de constituir um coletivo que tem como relevância a socialização de leituras entre um grupo que tenha interesses em áreas decoloniais. O clube envolve leituras de autoras e autores negros (os) e tem como objetivo principal apresentar escritoras/escritores negros/negros para estudantes de graduação, tendo em vista que raramente elas/eles aparecem no currículo dos cursos. A pesquisa tem como objetivos valorizar a escrita negra brasileira, discutir sobre a questão racial e combater o racismo estrutural, através do letramento racial. A filósofa e escritora Ribeiro (2019) escreve em seu manual antirracista sobre a importância de ler autores negros e sobre o apagamento da produção e dos saberes negros e anticoloniais. Dessa forma, a criação desse clube de leitura se justifica na tentativa de romper com esse apagamento e, simultaneamente, dar visibilidade a produções negras de forma que essas produções circulem no meio acadêmico e social e que suas vozes possam ser ecoadas nos diferentes espaços. Como resultado parcial desta extensão e de pesquisa universitária, já se percebe mudança de percepção de algumas pessoas pretas, que estão se autoconhecendo e pretende-se com esse movimento, fomentar nos indivíduos uma consciência racial cada vez maior, de modo que passem a cobrar das instituições que frequentam mais participações de pessoas negras e utilização de suas produções, tanto no campo cultural quanto institucional.

Palavras-chave: Educação Antirracista. Clube de Leitura. Estudos Decoloniais. Consciência Racial. Produções Negras.

⁴¹ Discente no Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Tocantins (UFT – Campus de Arraias. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Formação de Professores da UFT – GEEFP/UFT), do Núcleo de Pesquisa e Extensão Artesania (UFT) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Estado e Políticas Públicas em Educação (Geppe/UFT). Integra o corpo editorial da Revista Leituras em Pedagogia e Educação (Relpe). Estagiário do Laboratório de Ensino de Ciências da UFT (Labec/UFT).



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

AFROCINE: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROJETO AFROCIENTISTA

Queila Batista dos Santos⁴²

O presente estudo tem como objetivo discutir sobre a utilização de filmes como recurso pedagógico no projeto Afrocientista, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), com intuito de despertar a vocação científica e incentivar talentos entre estudantes negros e negras matriculados em escolas de ensino médio. A análise é realizada em torno de duas edições do projeto com estudantes de escolas públicas do estado do Acre. A primeira edição foi realizada no ano de 2021, com os alunos da Escola Henrique Lima, e a segunda com os estudantes da escola José Ribamar Batista, no ano de 2022, sendo o projeto executado no estado do Acre através do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre. Os encontros destinados para a reprodução dos filmes e discussão após eles foram realizados em formato remoto, nas duas primeiras edições do projeto, por conta do contexto pandêmico. Em cada encontro, foi reproduzido um filme que tinha uma temática central que conduzia a discussão com os estudantes, como racismo científico, escravidão e abolição nas américas, feminismo negro e mulheres negras, colorismo no Brasil, branquitude crítica e acrítica, representação e representatividade da população negra e outras questões relacionadas ao povo negro no Brasil e no Mundo. Autores como Bittencourt (2004), Gomes (2005), Arantes (2005), Napolitano (2005), Silva (2007) e Souza (2011), dentre outros autores e autoras, contribuíram nas reflexões acerca da utilização do cinema na sala de aula e, alguns em específico, na sua utilização como uma proposta pedagógica para se trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais. Os estudantes relacionaram as questões apresentadas no filme com os conteúdos visto nas rodas de conversas e atividades gerais do projeto, fazendo a contextualização histórica e social da população negra em várias localidades e temporalidades. Percebeu-se que a utilização dos filmes reproduzidos com a temática racial dentro da execução do projeto contribuiu para as discussões relacionadas à população negra no mundo, sua história, resistência e potencialidades.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais. Cinema. Afrocientista.

⁴² Mestra em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Especialista em História do Brasil pelo Instituto Prominas. Graduada em Licenciatura em História pela Ufac. Assessora Pedagógica na Divisão de Educação em Deitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE/AC). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: batista.queila@gmail.com



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA ESTANTE DIGITAL DO PROGRAMA “LEIA PARA UMA CRIANÇA”

Raiele Souza Moura⁴³

Flávia Rodrigues Lima da Rocha⁴⁴

O presente estudo tem como finalidade apresentar as obras disponibilizadas gratuitamente na Estante Digital do Programa Leia para uma Criança, vinculado ao Itaú Social. Dessa forma, utilizou-se as contribuições de Debus (2017) e Silva (2022). A metodologia adotada foi a qualitativa, após a seleção das obras, realizou-se a análise de conteúdo. Objetivou-se analisar os livros em duas categorias: 1) a promoção da igualdade racial, nesta categoria de análise foram selecionados: “As bonecas da vó Maria” (Duarte, 2019) e “A descoberta do Adriel” (Duarte, 2020); com relação 2) a representatividade negra: “A menina das estrelas” (Ruiz, 2017); “Da janela de Minas” (Florentino, 2020) e “Sovaco da Cobra” (Ferreira, 2020). Com a finalização do trabalho, foi possível compreender que os livros infantis presentes no acervo supracitado oferecem possibilidades para o enfrentamento ao racismo, visto que tratam sobre o protagonismo negro tanto nas narrativas quanto nas ilustrações, bem como a valorização da ancestralidade e da identidade negra.

Palavras-chave: Programa Leia para uma Criança. Promoção da Igualdade Racial. Representatividade Negra.

⁴³ Pós-Graduação *Lato Sensu* em andamento no Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Ufac). Graduada em Bacharelado em História e discente no Curso de Licenciatura em História pela Ufac. Discente do Curso de Aperfeiçoamento no Ensino de História e Pan-Amazônia: fronteiras de saberes de matriz africana e indígenas e população tradicional na Ufac em parceria com a Universidade Federal do Amapá (Unifap). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: raiele.moura@sou.ufac.br

⁴⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Letras: Linguagem e Identidade e Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Professora Adjunta do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Ufac (CFCH/Ufac). Coordenadora o Programa de Residência Pedagógica do Curso de Licenciatura em História. Líder do Grupo de Pesquisa “O processo de Construção do Docente em História: possibilidades e desafios da formação inicial e da formação continuada do fazer-se historiador em sala de aula”. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Editora Chefe da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir). E-mail: flavia.rocha@ufac.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

A LITERATURA E A APROXIMAÇÃO COM OS FATOS HISTÓRICOS EM *NOSSA SENHORA DO NILO*, DA ESCRITORA RUANDESA SCHOLASTIQUE MUKASONGA

Rosália Aparecida da Silva⁴⁵

“– E as outras, no liceu, o que aconteceu com elas? Conseguiram escapar? O que houve, mataram elas?”. Como na passagem do livro *Nossa Senhora do Nilo*, de Scholastique Mukasonga, nós também temos dúvidas, o que aconteceu na história recente de Ruanda? Por que sabemos tão pouco sobre a história e a cultura dos países africanos? O objetivo deste trabalho é o de analisar a ligação entre história, memória e literatura. A autora Scholastique Mukasonga é sobrevivente do massacre tutsi, no golpe de estado de 1973, em Ruanda. O processo de descrição, análise, interpretação e compreensão proposto nessa leitura se vale de procedimentos de revisão bibliográfica da História daquele país, de estudos decoloniais e, também, da área de estudos literários para compreensão da obra. Desta forma, será realizada a comparação com o que precede o momento histórico, contado por meio do romance *Nossa Senhora do Nilo*. A história se passa numa escola confessional, em que os religiosos são cúmplices de fatos precedentes do massacre. O estudo busca levantar fatos históricos e interligar com o texto literário, pois a exemplo de diversas outras regiões, o país foi assolado durante séculos pela colonização europeia. No referencial teórico estão Orlandi (2007), Spivak (2010), hooks (2019), Fanon (2008) e Said (2007). A justificativa do tema está em conhecer mais sobre os enfrentamentos sociais por quais passam povos de diferentes regiões do planeta, muitas vezes invisibilizados diante de uma história única e eurocêntrica. Espera-se, ao final do estudo, conhecer mais sobre a história que movimenta a memória da autora, que vive desde a década de 90 na França.

Palavras-chave: Literatura. História e Cultura Africana. Ruanda. Scholastique Mukasonga.

⁴⁵ Mestra em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (Unir). Pós-graduada *Latu Sensu* em Administração Pública pela Faculdade Fortium e em Jornalismo Empresarial e Assessoria de Imprensa na Faculdade Santo André (Fasa). Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e em Formação Pedagógica para não licenciados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Ifro). Jornalista no Ifro. E-mail: rosalia.silva@ifro.edu.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

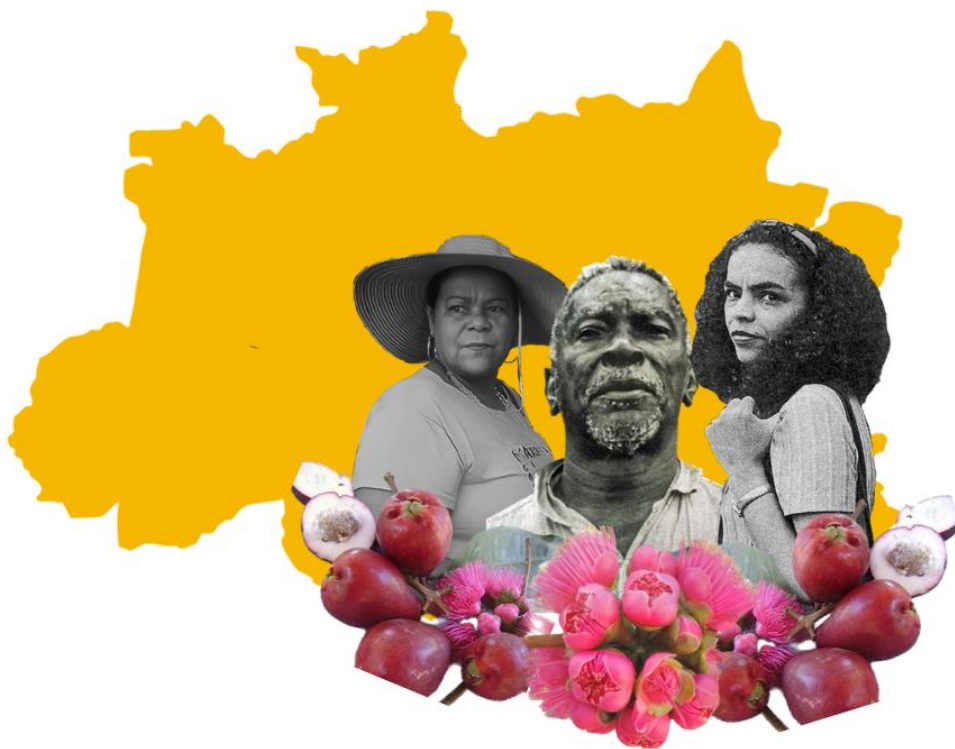
ESTÁGIO DOCÊNCIA: RELATOS E ESCREVIVÊNCIAS

Thais Albuquerque Figueiredo⁴⁶

O presente trabalho é um relato e parte das experiências docentes, ao longo de um semestre, na disciplina “História e Cultura Africana e Afro-Brasileira”, do curso de Licenciatura em História da Ufac, sob orientação/supervisão da professora regente: Dr^a Flávia Rodrigues Lima da Rocha. De acordo com o Regimento Interno do Programa de Pós-graduação, Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI) da Universidade Federal do Acre (Ufac), Capítulo XIV, bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), condição em que estou/sou no programa supracitado, devem cumprir obrigatoriamente o estágio docência, conforme estabelecem as resoluções da Capes e as normas internas em vigor. Contudo, compreendo que, para além dos cumprimentos e integralização curricular, o estágio é um mecanismo de constituir-se enquanto docente e pesquisadora em formação. Nesse sentido, o objetivo do texto aqui exposto é relatar as experiências adquiridas por meio da sala de aula, enquanto espaço plural de câmbios de saberes, de ensino e de múltiplas aprendizagens. Partindo das premissas de Larrosa (2018), acredito que a escrita das experiências se dá como um importante mecanismo de refletir e compartilhar práticas, seja docente ou outras. Diante disso, para o autor, só aprendemos a ser algo, sendo, de modo que é o ato de caminhar que circunstancialmente faz o caminho. Seguindo essa perspectiva, os referenciais teóricos-metodológicos são: bell hooks (2017), Conceição Evaristo (2020), Jorge Larrosa (2018) e Pinheiro e Pessoa (2018). Diante disso, como resultado, destaco que o estágio me possibilitou perceber que o processo da docência se constrói no coletivo, na horizontalidade, nas formas rizomáticas, nos constantes processos de ensino-aprendizagem, onde a educação é uma arte revelada por signos anunciados e pelos diferentes sujeitos, como nos diz Pinheiro e Pessoa (2018). Por fim, a disciplina cuja base parte da lei 10.639/2003 trouxe para mim, como sujeita em constante trânsito de saberes, novas formas de entender a funcionalidade de uma sala de aula, que se constitui como um universo de mentalidades e indivíduos distintos, com diferentes formas de aprender e se colocar diante do que ali está sendo exposto, haja vista os atravessamentos subjetivos de cada um. Em suma, a disciplina em questão é um caminho importante para a construção de uma educação antirracista, calcada na diversidade, consciência e respeito às formações culturais fortemente marcadas pelos sujeitos das diásporas.

Palavras-chave: Estágio docência. Experiência. Escrivivência.

⁴⁶ Mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI/Ufac). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Pesquisadora no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac), bem como nos respectivos grupos de pesquisas: Narrativa, Literatura e Jornalismo (Nalijor) e História e Cultura, Linguagem, Identidade e Memória (GPHClím). E-mail: figueiredo.thais.albur@gmail.com



SESSÃO TEMÁTICA

**LEI 10.639/2003: PROPOSTAS E EXPERIÊNCIAS DE
FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORAS E
PROFESSORES NA AMAZÔNIA**



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

APRESENTAÇÃO – SESSÃO TEMÁTICA LEI 10.639/2003: PROPOSTAS E EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORAS E PROFESSORES NA AMAZÔNIA

Coordenação: Prof. Dr. Paulo Sérgio Dutra⁴⁷

A presente sessão temática tem como objetivo reunir trabalhos e experiências didático-pedagógicas realizadas na educação brasileira no âmbito das escolas públicas nos limites amazônicos. A metodologia utilizada para a realização da sessão será em formato *online* e de forma dialogada entre as/os participantes.

Como resultado, espera-se reunir diferentes propostas desenvolvidas nas escolas públicas em seus diversos formatos, seja oficinas de construção de materiais didáticos, cursos de formação continuada, sequência didática e/ou outras atividades que revelam experiências potentes com o tema educação e relações raciais.

⁴⁷ Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMS). Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir). Professor Adjunto da Unir – Campus de Ji-Paraná. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Relações Raciais e Migração (Gepam). Integrante da Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão da Educação nas Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e na América Latina (RECONAL-Edu). Associado à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). E-mail: paulodutra@unir.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO EXTREMO OESTE DA AMAZÔNIA: AS EXPERIÊNCIAS DO PROFHISTÓRIA/UFAC COMO PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE 2020 A 2023

Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque⁴⁸

O presente trabalho versa sobre a disciplina de Ensino de História e Educação para as Relações Étnico-Raciais, no curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História (PPGPEH), da Universidade Federal do Acre (Ufac), situada no *campus* sede da instituição, fixado na cidade de Rio Branco, capital do Acre, no extremo oeste da Amazônia brasileira, tendo como ponto de recorte o triênio 2020 a 2023. O objetivo do trabalho é apresentar a composição (de conteúdo, público e materiais empregados) nas duas versões da referida disciplina lecionadas dentro da baliza cronológica, além de dialogar com os seus resultados, para tanto contabilizando as dissertações em andamento e já concluídas, incidência por municípios do Acre, séries atendidas, acréscimo do quantitativo de escolas e profissionais de ensino envolvidos nas referidas ações. Neste sentido, a propositura de comunicação se justifica pela descrição feita no item “sobre o curso”, disponibilizada na página do referido programa, na qual se lê ser o intuito dele “proporcionar formação continuada aos docentes de História da Educação Básica, com o objetivo de dar qualificação certificada para o exercício da profissão, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino”. Assim, considerando que o mestrado “busca a formação continuada de professores de História voltados para a inovação na sala de aula, ao mesmo tempo que, de forma crítica e responsável”, possibilitando aos cursistas “refletir acerca de questões relevantes sobre diferentes usos da informação de natureza histórica presentes contemporaneamente na sociedade”, porquanto tais professores terão de Gomes (2017); Pereira (2013); Pereira e Monteiro (2013), dentre outros. À guisa de considerações finais, são elencadas dificuldades e conquistas vivenciadas com a realização da disciplina e os debates desencadeados a partir de então no ProfHistória/Ufac.

Palavras-chave: ProfHistória. Ensino de História. Erer.

⁴⁸ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Graduada em História pela Universidade Federal do Acre e em Direito pela União Educacional do Norte (Uninorte). Professora Associada II no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Ufac (CFCH/Ufac). Coordenadora do Curso de Bacharelado em História da Ufac. Vice coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Vice-presidente da Associação Nacional de História, Regional Acre (Anpnh/Acre). E-mail: nedy.albuquerque@ufac.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

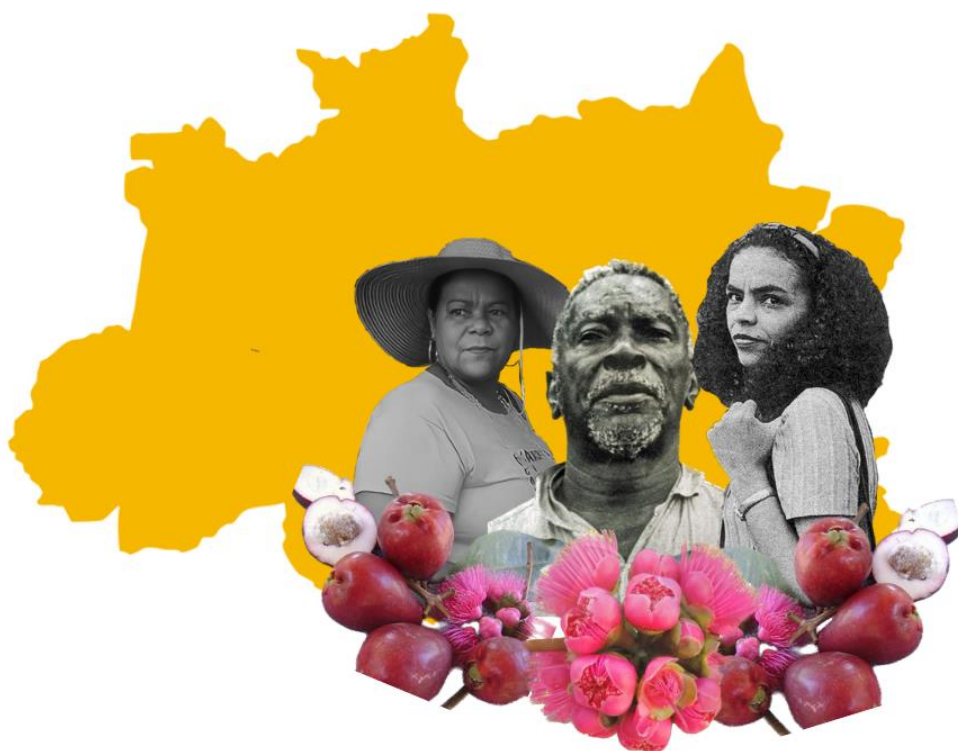
AS CATEGORIAS DE RAÇA/COR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE JI-PARANÁ/RO

Paulo Sérgio Dutra⁴⁹

O presente estudo traz uma abordagem sobre uma experiência formativa de 63 professoras(es) da rede municipal de Ji-Paraná/RO, em curso de formação continuada, realizado entre maio e outubro de 2022, tendo como foco atividades de intervenção utilizando as categorias de raça/cor, conforme tratadas pelo IBGE. Desse modo, a questão que se levantou a experiência foi “Qual é o seu pertencimento racial?” e que foi experienciada através de três dinâmicas. Sendo assim, a atividade teve como objetivos: refletir sobre como a pessoa se via enquanto pertencente a uma das categorias de raça/cor, a saber: preta, parda, branca, indígena e amarela; oportunizar a pessoa a responder o questionamento a partir de três dimensões, a saber: anônima; representação, pintura e colagem; e por último através da autodeclaração verbal. Na ocasião possibilitou-se verbalizar as dúvidas e esclarecer os questionamentos sobre o tema, subsidiando o entendimento deste. No que corresponde à metodologia, utilizou-se de um questionário com questões fechadas sobre o pertencimento étnico racial, desenho, pintura e colagem que refletisse o olhar de como as pessoas se viam enquanto pertencimento étnico racial. Dessa maneira, realizou-se uma questão feita de forma oral a qual a pessoa foi provocada a responder, pronunciando sobre seu pertencimento étnico racial. A esse respeito, o estudo apontou dados que evidenciaram certa semelhança nas respostas, percebendo assim que na dimensão anônima, constatou-se que 58% dos respondentes declararam-se pardos, 30% de brancos, 10% e pretos e cerca de 2% amarelos. Na dimensão em que foi utilizada a representação, pintura e colagem, as declarações demonstraram que 54,4% dos participantes declararam-se pardos, 36% deles declararam-se brancos, e 8,1% destes declararam-se pretos e 1,6% declararam-se amarelos. Na última atividade, em que se utilizou a autodeclaração verbal, os dados demonstraram que 50,7% das pessoas declararam-se pardos, 31,7% brancas, 15,8% pretas e 1,5% amarela.

Palavras-chave: Rede Municipal. Atividades de Intervenção. Categorias raciais e IBGE. Formação de professoras/es.

⁴⁹ Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMS). Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir). Professor Adjunto da Unir – Campus de Ji-Paraná. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Relações Raciais e Migração (Gepam). Integrante da Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão da Educação nas Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e na América Latina (RECONAL-Edu). Associado à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). E-mail: paulodutra@unir.br



SESSÃO TEMÁTICA

**POLÍTICAS AFIRMATIVAS COMO REPARAÇÃO
HISTÓRICA: EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES NAS
UNIVERSIDADES**



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

APRESENTAÇÃO – SESSÃO TEMÁTICA POLÍTICAS AFIRMATIVAS COMO REPARAÇÃO HISTÓRICA: EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES NAS UNIVERSIDADES

Coordenação: Dra. Silvia Maria Amorim Lima⁵⁰ e Ma. Jussara Marques de Medeiros⁵¹

O objetivo desta Sessão é compartilhar conteúdos teóricos e experiências sobre as políticas afirmativas nas universidades, sejam estas federais, estaduais e/ou nos Institutos Federais e Ensino Médio de escolas públicas, considerando políticas afirmativas numa concepção de reparação histórica e justiça social, de acordo com o conceito: ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva, política compensatória ou política afirmativa. Estas são terminologias usadas para definir as ações (governamentais ou não) que visam oferecer um “tratamento diferenciado” a grupos ou/e indivíduos que tenham sido historicamente discriminados e excluídos (Munanga, 2004).

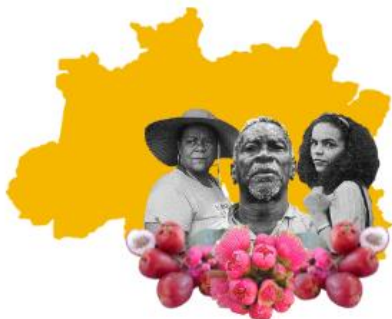
O ano 2022 foi previsto para revisão da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, que dispõe sobre o ingresso de pessoas negras e indígenas nas universidades federais e nas Instituições Federais de ensino técnico. A partir da perspectiva da avaliação, muitos estudos quantitativos e qualitativos foram realizados sobre o tema.

A proposta aqui visa evidenciar contribuições em relação a dados que mostrem o ingresso e/ou permanência de estudantes negros e negras e indígenas ou de outras políticas, ofertadas a indígenas e quilombolas nos espaços de ensino. Também interessam pesquisas de ofertas de políticas afirmativas na pós-graduação, além de dados que apontem a realidade de egressos cotistas raciais das universidades.

A partir da instituição da Lei nº 12.990 de 2014, foram reservadas 20% de vagas a negros no âmbito da administração pública federal. Baseados nessa Lei, os trabalhos podem também agregar pesquisas que abordem o ingresso de pessoas negras, como servidores públicos nas universidades públicas federais, além de apresentar experiências das bancas de heteroidentificação.

⁵⁰ Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Serviço Social pela UFPR. Professora no Centro Universitário de Tecnologia de Curitiba (Unifatec). Assistente Social na UFPR. E-mail: silvialima.as@gmail.com

⁵¹ Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Mestre em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Assistente Social na UTFPR. E-mail: jussarammdias@gmail.com



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

CONSTRUINDO PONTES EPISTEMOLÓGICAS NA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

Ana Paula do Nascimento Velásquez⁵²

Norma Silvia Trindade de Lima⁵³

O trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado em educação em andamento. Apresentamos reflexões iniciais acerca do racismo epistêmico na universidade. Tem como objeto de pesquisa as atividades formativas do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA)/*Campus Belém* e como objetivo analisar os impactos da entrada de estudantes autodeclarados afrodescendentes no currículo dessa graduação. De natureza qualitativa, o recurso metodológico usado para a produção de dados é a pesquisa formação narrativa (auto)biográfica e a técnica escolhida é a entrevista conversa. Vislumbramos considerar que, numa perspectiva educacional inclusiva, a valorização dos saberes ancestrais pode tornar a universidade um espaço mais acolhedor a esse segmento, bem como a qualquer outro historicamente excluído, e desenvolver uma cultura de pertencimento ao refletir nos currículos a diversidade cultural da sociedade brasileira. E, ainda, que a visibilidade das produções da intelectualidade negra pode contribuir também para o desmantelamento do patriarcado, eurocentrismo e colonialidade, enquanto um sistema de opressão norteador de hierarquias sociais.

Palavras-chave: Racismo Epistêmico. Cultura de pertencimento. Intelectualidade negra. Colonialidade. Inclusão.

⁵² Doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (PPGE/Unicamp). Mestra em Educação e Cultura pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Fonoaudiologia e Licenciatura em Letras Português/Espanhol e respectivas literaturas pela Universidade da Amazônia (Unama). Professora do Magistério Superior na UFPA. Associada à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e à Associação Brasileira de Hispanistas (ABH). E-mail: anapaulavelasquez@gmail.com

⁵³ Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Graduada em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula (USU). Especialista em Formação Teórico e Prático em Psicodrama pelo Instituto de Psicodrama e Psicoterapia de Grupo de Campinas (IPPGC). Professora na Unicamp. E-mail: normatl@unicamp.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

POLÍTICA DE INGRESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA: AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS COMO REPARAÇÃO HISTÓRICA

Janine Soares da Rosa⁵⁴

Neste resumo apresentado ao Copene Norte, procuro problematizar a as políticas de ações afirmativas como uma reparação histórica, pensando a partir de meu objeto de pesquisa no PPGEUFPR, qual seja o processo de implementação de políticas e ações afirmativas, para acesso e permanência, nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc, entre 2008 a 2017, com enfoque na análise de seus documentos institucionais, definidores da abrangência e sujeitos atendidos pelo Programa de Ações Afirmativas - PAA na Resolução nº 017/2011 e Programa de Auxílio Financeiro aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica - Prafe na Resolução nº 060/2018. Objetivo apresentar a experiência da Udesc conectada com movimentos transnacionais e nacionais por garantia de direitos a grupos historicamente subalternizados, em especial à educação superior. Com base nos estudos de Nilma Lino Gomes, Adilson Pereira dos Santos e Wilson Roberto de Mattos trabalho com a definição de políticas e ações afirmativas como um conjunto de medidas/diretrizes compensatórias, de origem pública ou privada, aplicadas por tempo determinado, que visam mitigar desigualdades sociais impostas a grupos historicamente discriminados. Este trabalho construiu uma investigação de natureza qualitativa, organizando-se em uma pesquisa de tipo documental, com coleta de dados em sites e banco de dados institucionais, usando como técnica a análise documental. Nossos resultados preliminares permitem realizar um mapeamento das ações afirmativas da Udesc, observando quem são os/as sujeitos/as reconhecidos como historicamente discriminados pela instituição, são destinados 30% das vagas no vestibular aos cotistas, distribuídas em 20% para candidatos/as que tenham cursado Ensino Médio em Escolas Públicas e 10% para negros/as.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Educação Superior. Udesc. Educação e Relações Étnico-Raciais.

⁵⁴ Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Graduada em Secretariado Executivo Bilingue pelo Centro Universitário Uninter. Discente no Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Integrante da Comissão de Ações Afirmativas e Diversidades da Udesc. Estagiária na Direção de Extensão, Cultura e Comunidade do Centro de Educação a Distância da Udesc. E-mail: soaresjanine1981@gmail.com



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

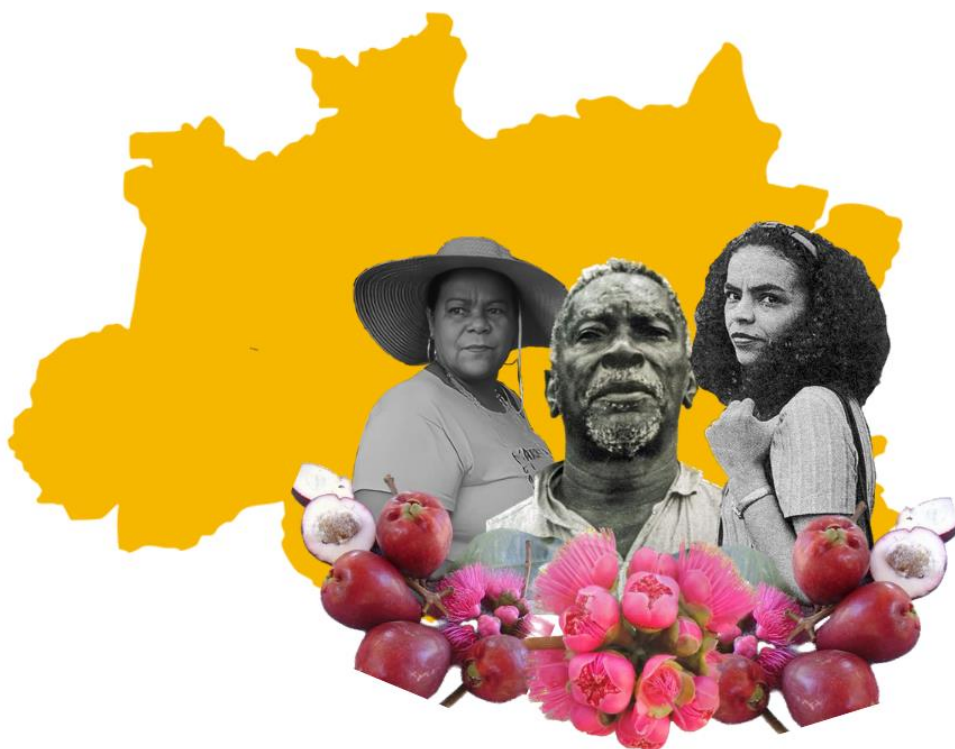
A UNIVERSIDADE (NÃO) É INCLUSIVA PARA MULHERES NEGRAS? UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)

Jussara Marques de Medeiros⁵⁵

O presente estudo tem como objetivo analisar as políticas afirmativas raciais na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), nos cursos de engenharia, considerando um recorte de gênero e raça. De acordo com análise da Pnad Contínua de 2017, considerando engenharias e agronomia, aumentou a proporção de homens nos últimos biênios: de 82,4%, em 2012-2013, para 85,4%, em 2016-2017. Os (as) ocupados (as) em engenharias no Brasil são brancos(as). Estima-se que os (as) brancos(as) eram 81,1% do total de engenheiros ocupados no biênio 2012-2013, 81,3% em 2014-2015 e 81,4% em 2016-2017. Destes, no biênio 2012/2013, 82,4% são homens e 17,6% são mulheres, de 2014/2015 84,7% são homens e 15,3% são mulheres e de 2016 a 2017, 85,4% são homens e 14,6% são mulheres. Percebe-se na equidade de gênero uma diminuição gradativa de mulheres nas engenharias. Considerando os dados de cor/raça de predominância de brancos (as) pode-se dizer que raça e gênero entrecruzam. Em relação a UTFPR, foi realizada uma pesquisa com recorte de gênero e raça, a partir dos dados do sistema acadêmico da instituição, considerando que as políticas afirmativas raciais de 2012 a 2021. As cotas raciais para ingresso na UTFPR iniciam com a Lei nº 12.711/2012, que determina reserva de vagas segundo a proporção de índios, pretos e pardos da unidade da federação onde está situado o campus da instituição de ensino, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De 37529 estudantes de engenharia na UTFPR, após 2012, 22,8% são de mulheres e 77,2% são de homens. Destes, 2,8% são mulheres cotistas raciais e o percentual de 10,8% são de mulheres da ampla concorrência. Conclui-se que mesmo com a ampliação de mulheres negras nas universidades com as políticas afirmativas, existe ainda um número exíguo de mulheres, sendo ainda menor o número das cotistas raciais.

Palavras-chave: Mulheres negras. Políticas Afirmativas. Engenharias.

⁵⁵ Doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Mestra em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Assistente Social na UTFPR. E-mail: jussarammdias@gmail.com



SESSÃO TEMÁTICA

**RAÇA, VULNERABILIDADE E ESPAÇO URBANO: O
DIREITO À CIDADE E A POPULAÇÃO NEGRA**



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

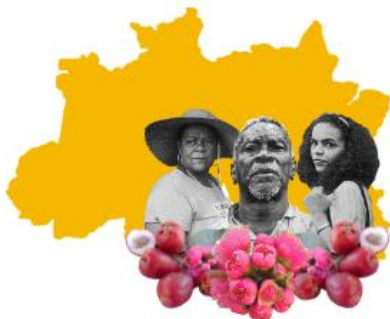
APRESENTAÇÃO – SESSÃO TEMÁTICA RAÇA, VULNERABILIDADE E ESPAÇO URBANO: O DIREITO À CIDADE E A POPULAÇÃO NEGRA

Coordenação: Prof. Dr. Mauro Torres Siqueira⁵⁶

A presente Sessão Temática tem como objetivo reunir pesquisas que se debrucem sobre as interfaces entre raça, vulnerabilidade e espaço urbano, com ênfase no direito à cidade para a população negra. Se propõe a discutir as desigualdades sociais, raciais, territoriais e habitacionais que afetam a população negra em áreas urbanas, assim como as diversas formas de segregação urbana e racial presentes em muitas cidades brasileiras. Visa acolher pesquisas que investiguem as várias facetas das relações étnico-raciais em áreas urbanas, incluindo estudos sobre o impacto da exclusão e marginalização no cotidiano da população negra e as formas de resistência e mobilização social empreendidas por indivíduos e grupos negros nessas áreas. Também serão bem-vindos estudos que abordem as políticas públicas e ações afirmativas voltadas para a promoção da equidade racial e o fortalecimento do direito à cidade para a população negra.

Será dada especial atenção a pesquisas que utilizem metodologias qualitativas e/ou participativas que permitam a escuta e o diálogo com as comunidades negras envolvidas nos estudos.

⁵⁶ Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Graduado em História pela Unesp. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT – Campus Tocantinópolis), lotado no Curso de Pedagogia. Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Demandas populares e dinâmicas regionais. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas da África e dos Afro-brasileiros (Neaf). E-mail: maurosique@yahoo.com.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

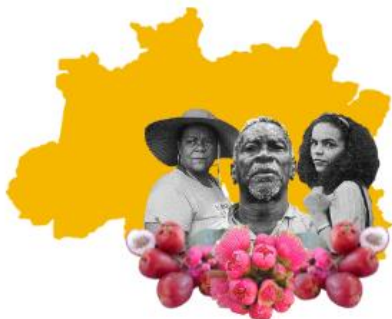
CORPOGRAFIA DE AFETOS: CORPO, PODER E RELAÇÕES SOCIAIS

Ana Cláudia Magnani Delle Piagge⁵⁷

Corpografia de afetos: corpo, poder e relações sociais é o resultado de um trabalho de pesquisa de mestrado que almejou o diálogo com a formação docente tendo como ponto de partida a escuta afetuosa-aprendente das crianças, desenvolvida em meio a complexidade das relações sociais escolares. Tendo como princípio as indagações-nascentes: Quem educa o educador para lidar com essa escola viva, que está situada na dinâmica da própria vida, no convívio com a vida que acontece? Quem o prepara para escutar mais, aprendendo com a criança? Buscamos desenvolver um percurso que teve por objetivo a retomada da formação docente humanizada, centrada em estudos que visam a construção de novos olhares e novas posturas em relação as questões étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, de classe, manifestadas no contexto educacional. Essa pesquisa encontra-se afirmada por uma escolha política identificada com as diversidades e fundamentada por seis categorias, sendo elas: Corpografia dos Afetos/ Corporeidades; Relações sociais e de Poder; Violências e violência escolar; Experiências; Percepções e Memórias; Linguagens e tendo como referências teóricas o pensamento de Kabengele Munanga, Franz Fanon, Paulo Freire, Michel Foucault, Achille Mbembe, Albert Memmi, Homi Bhabha, Jorge Larrosa, Suely Rolnik, Judith Butler, bell hooks, Jota Mombaça e Airton Krenak. Para investigar esse processo, a etnografia foi utilizada como referência (inserção no contexto educativo, registros em cadernos de campo, consulta aos cadernos de ocorrências e observação em atividades diversas como rodas de conversas, acompanhamento de aulas, aplicação de oficinas artísticas e atividades com desenhos). As observações e escutas coletadas de modo espontâneo se depararam com violências diversas, efeito dos preconceitos, das discriminações e das resistências resultantes da intersecção naturalizada do machismo, do racismo, do sexismo, da homofobia, entre outras, presentes no cotidiano social. Ainda assim, os resultados nos demonstraram que as mudanças são possíveis e que podemos defender a formação das/dos professoras/es através de uma nova ética, que seja insatisfeita e desconfiada. A pesquisa indica rupturas e continuidades que vão possibilitando a produção de novos saberes, novos comportamentos e ações.

Palavras-chave: Educação Étnico-raciais. Violências. Formação para Professores. Escuta afetuosa-aprendente. Crianças.

⁵⁷ Doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista (Unesp – Araraquara). Mestra em Educação Escolar pela Unesp. Graduada em Pedagogia pela Unesp. Integrante do Grupo de Trabalho do Núcleo Negro de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara (Nupe-FCL-Araraquara) e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: anaclmagnani@gmail.com



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

A SEGREGAÇÃO URBANA E O RACISMO AMBIENTAL NOS BAIRROS DA CAMPINA E DA CREMAÇÃO, NA CIDADE DE BELÉM

Linda Inês Pérola da Silva Martins⁵⁸

Érika Castilho Brasil⁵⁹

Carla Rúbia Siqueira Braga⁶⁰

Suliane da Silva Gomes⁶¹

Samira De Limma Gonzaga⁶²

A expansão urbanística de Belém é marcada pela segregação socioespacial e racial, de maneira que, historicamente, a população negra mora na baixada belenense, a risco de alagamentos, em áreas periféricas, e submetida a forma ideológica “higienista” da imagem burguesa do centro comercial da cidade. Dessa forma, este trabalho objetiva analisar os elementos da segregação socioespacial e étnico-racial nos bairros da Cremação e Campina, no contexto da produção do espaço urbano de Belém. Posto isso, esta pesquisa é de natureza qualitativa, com os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, trabalho de campo e observação participante. A base teórica apoia-se, principalmente, nos seguintes autores que discutem a produção do espaço urbano e racismo ambiental: Cardoso & Miranda (2018), Coelho (2022), Mendes (2019), Miranda (2021) e Silva (2012). Em relação aos resultados, é possível ressaltar que, no bairro da Cremação em Belém, analisou-se a implantação da Usina Crematória, em 1901, que servia para a incineração de resíduos sólidos e de animais mortos, sendo, neste espaço, construída a praça Dalcídio Jurandir, no século XXI. Quanto ao bairro da Campina, desenvolveu-se atividades práticas relacionadas à pesquisa de campo no Quilombo da República, com vistas, mais em específico, ao Quilombo (Ingá), tendo várias pontos de análises, pautando-se no dia 13 de maio e no Ritual das Candeias promovido de Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa). Já o segundo ponto, Casa Sumaúma Espaço, importante espaço de produções visuais de impacto social que tem como objetivo potencializar narrativas pretas, periféricas e da Amazônia. Em seguida, o terceiro, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construída em 1682, constituindo-se um espaço de irmandade negra. Neste sentido, através dos trabalhos de campo nos bairros Campina e Cremação, observou-se a importância da criação de espaços como o Quilombo da República e a Sede do Cedenpa, os quais foram essenciais para a garantia de territórios negros e a visibilidade da presença e da contribuição negra para a formação social de Belém. Além disso, frente a este fato, consubstanciou-se a releitura da expansão urbanística de Belém, revelando quão perversa foi a progressiva desarticulação para com o homem negro, seu modo de vida e a base biofísica

⁵⁸ Discente no Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Integrante do Projeto de Pesquisa “Os Impactos das Mudanças Climáticas na Zona Costeira do Nordeste Paraense, com ênfase na região do Atalaia”. Estagiária de Observação/Participação na Escola E.E.E. Fundamental Presidente Castelo Branco. E-mail: lindaines136@gmail.com

⁵⁹ Mestra em Energia pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Engenharia Ambiental pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: castilhobrasil@gmail.com

⁶⁰ Discente no Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). E-mail: carla.braga2102@gmail.com

⁶¹ Discente no Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). E-mail: gomezullyanny@gmail.com

⁶² Discente no Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). E-mail: samiraluma374@gmail.com



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

na produção da cidade, na qual a compactação do solo, o adensamento arquitetônico e a localização dos rios são vistos como progressos. Hoje, esses rios estão contaminados com lançamentos e inviabilizadores das práticas tradicionais, assim precarizando o modo de vida dos espriados do centro, agora periféricos negros.

Palavras-chave: Expansão urbana. Territórios negros. Segregação socioespacial. Identidade cultural paraense. Racismo.



**JORNADA REGIONAL DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
PESQUISADORES/AS
NEGROS/AS (ABPN)**



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

APRESENTAÇÃO – JORNADA REGIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS (ABPN)

A Jornada Regional de Iniciação Científica da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) é destinada aos projetos de iniciação científica em andamento ou concluídos, desenvolvidos por estudantes dos cursos de Graduação das Instituições de Ensino Brasileiras e Estudantes do Ensino Médio, vinculados(as) aos Programas de Iniciação Científica destas instituições, de forma particular, os(as) estudantes negros(as) e aqueles(as) que se dedicam aos estudos africanos e afro-brasileiros, vinculados aos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros – Neabs, Neabis e Grupos Correlatos.



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

OS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008: EXPERIÊNCIA DE GANHADORES/AS DO PRÊMIO ACREANO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Athina Magalhães Alves⁶³

Flávia Rodrigues Lima da Rocha⁶⁴

Karen Kristina Araújo Vasconcelos⁶⁵

Kaliny Custodio do Carmo⁶⁶

O objetivo deste trabalho é analisar elementos que dificultam a aplicação e a efetivação de práticas pedagógicas em história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, através da experiência de ganhadores(as) do Prêmio Acreano de Educação das Relações Étnico-Raciais, promovido pelo Fórum Permanente de Educação Étnico Racial do Estado do Acre – FPeer/AC, ocorrido entre os anos de 2018 a 2021. O referencial teórico desta pesquisa baseou-se nas contribuições de Dias (2005), que aponta os avanços na educação brasileira no que diz respeito a temática étnico-racial, mas que questiona “qual tem sido a resposta das normas educativas geradas pelo Poder Público diante do diagnóstico desafiador inerente ao racismo no Brasil?”, de Gomes (2005), que evidencia a importância de movimentos sociais, especialmente a do Movimento Negro brasileiro para redefinir e redimensionar questões sociais no Brasil, dando interpretações e dimensões políticas, além de ressignificações tanto para a sociedade em geral, quanto para o meio acadêmico e através do texto de mecanismos legais como a das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - DCNerer (2004), que norteiam os trabalhos relacionados à temática na educação. A metodologia empregada neste trabalho foi o uso de questionários e entrevistas on-line, nas quais foram feitas indagações aos(as) sujeitos(as) desta pesquisa, sendo eles(as) professores(as) de história que já receberam Prêmio Acreano de Educação das Relações Étnico-Raciais sobre seus respectivos trabalhos nas escolas em que atuam. Tendo como etapas de desenvolvimento revisões de literaturas voltadas para a temática étnico-racial, coleta de dados e posterior análise dos dados coletados. Como resultados alcançados podemos destacar que, em um universo de 100%, 66,6% dos docentes sujeitos da pesquisa encontram desafios no processo de aplicação e efetivação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, sendo eles: o

⁶³ Discente do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: athina.alves@sou.ufac.br

⁶⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Letras: Linguagem e Identidade e Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Professora Adjunta do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Ufac (CFCH/Ufac). Coordenadora o Programa de Residência Pedagógica do Curso de Licenciatura em História. Líder do Grupo de Pesquisa “O processo de Construção do Docente em História: possibilidades e desafios da formação inicial e da formação continuada do fazer-se historiador em sala de aula”. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Editora Chefe da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir).

⁶⁵ Discente do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: karen.vasconcelos@sou.ufac.br

⁶⁶ Pós-graduação Lato Sensu em andamento no Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Ufac). Graduada em Bacharelado em História e discente no Curso de Licenciatura em História pela Ufac. Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: kaliny.carmo@sou.ufac.br



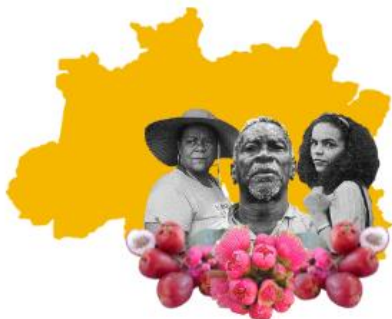
IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

preconceito com assuntos relacionados à história e cultura africana e à afro-brasileira, a falta de campanhas de conscientização sobre o assunto, o caráter de importância que a escola vê a necessidade de trabalhar essas temáticas, sendo pouco ou inexistente, não valorizando a real prática aplicada em sala e a falta de apoio da gestão escolar para a efetivação do que prevê o texto das leis. Dessa forma, conclui-se que a resistência dos educadores tem sido primordial para a aplicabilidade das leis supracitadas, entretanto faz-se necessária a superação destes desafios para que haja a concretização de práticas pedagógicas que formem cidadãos que enxerguem as diferenças como positivas e merecedoras de respeito.

Palavras-chave: Prática Pedagógica. Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Ensino de História.



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

OS DESAFIOS NA APLICAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NAS ESCOLAS ACREANAS

Kaliny Custodio do Carmo⁶⁷
Flávia Rodrigues Lima da Rocha⁶⁸
Athina Magalhães Alves⁶⁹
Karen Kristina Araújo Vasconcelos⁷⁰

Este texto tem como base o projeto de Iniciação Científica da Universidade Federal do Acre intitulado “Práticas Pedagógicas em História Cultura Africana, Afro-Brasileira e indígena no ensino de História nas Escolas Acreanas”, sendo um dos principais objetivos analisar dados que possam dificultar a aplicabilidade de práticas pedagógicas voltadas para a temática em educação das relações étnico-raciais por docentes da área de História, com formação no curso de Especialização Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola. O presente referencial teórico conta com artigos e textos por autores que são renomados quando se trata da temática étnico racial, bem como Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga e documentos acerca da lei 10.639/2003. A metodologia aplicada durante a pesquisa aconteceu com a revisão do referencial teórico do projeto, através de leituras e debates, análise de documentos que regem a lei 10.639/2003 e coleta de dados, por meio de entrevistas com professores de História dos Anos Finais que fizeram o curso Especialização Uniafro. As entrevistas foram registradas no *Google Forms*, onde os dados foram, além de registrados, organizados, para facilitar o acesso, a visualização rápida e a leitura deles. Por meio das entrevistas foi possível verificar diversas práticas pedagógicas que estão sendo aplicadas nas escolas, qual metodologia os docentes de história utilizam em suas aulas, inclusive, quais são os principais obstáculos à aplicação de práticas pedagógicas voltadas para temática étnico-racial. Em uma pergunta específica do questionário, que diz “Você identifica algum desafio no processo de aplicação da lei 10.639/2003 e 11.645/2008?”, 62% dos entrevistados responderam que sim, pois as pessoas resistem a entender o porquê é necessária a implementação da lei, juntamente com pessoas que desconhecem a existência dela. Outra pergunta do questionário indaga “Para você como educador(a), quais os motivos de, apesar de ser lei desde 2003, a temática étnico-racial ainda não ser amplamente trabalhada nas escolas?” 75% dos entrevistados optaram pela alternativa “Carência de formação da equipe escolar voltada à temática”, e 50% escolheram “Desconhecimento da lei 10.639/2003”. Diante disso, é importante

⁶⁷ Pós-graduação Lato Sensu em andamento no Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Ufac). Graduada em Bacharelado em História e discente no Curso de Licenciatura em História pela Ufac. Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: kaliny.carmo@sou.ufac.br

⁶⁸ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Letras: Linguagem e Identidade e Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Professora Adjunta do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Ufac (CFCH/Ufac). Coordenadora o Programa de Residência Pedagógica do Curso de Licenciatura em História. Líder do Grupo de Pesquisa “O processo de Construção do Docente em História: possibilidades e desafios da formação inicial e da formação continuada do fazer-se historiador em sala de aula”. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Editora Chefe da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir).

⁶⁹ Discente do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: athina.alves@sou.ufac.br

⁷⁰ Discente do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: karen.vasconcelos@sou.ufac.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

evidenciar que as escolas do Estado do Acre têm mostrado dificuldades para atribuir essas práticas pedagógicas, sendo em sua maioria por carência de formação em educação das relações étnico-raciais para os professores, ou até mesmo o desconhecimento da lei 10.639/2003. Portanto, a equipe de pesquisa constatou que há desafios na execução de práticas pedagógicas em história, voltadas para Erer que precisam ser ultrapassadas.

Palavras-chave: Prática Pedagógica. Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Ensino de História.



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

OS DESAFIOS NA APLICAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS ACREANAS POR DOCENTES COM APERFEIÇOAMENTO EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Karen Kristina Araújo Vasconcelos⁷¹

Flávia Rodrigues Lima da Rocha⁷²

Kaliny Custódio do Carmo⁷³

Athina Magalhaes Alves⁷⁴

A pesquisa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Acre intitulada “Práticas pedagógicas em história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no ensino de História nas escolas acreanas” buscou identificar elementos nas escolas que podem dificultar a aplicação de práticas pedagógicas em história e cultura africana, afro-brasileira e indígena por professores de História com Aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-Raciais (Erer). Essa pesquisa apoia-se no referencial teórico das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNerer, 2004) e nos estudos da obra “As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa”, de Nilma Lino Gomes (2013) e “Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?” de Kabengele Munanga (2015), que são referências no estudo das relações étnico-raciais e fortes nomes da luta da educação antirracista no Brasil. A pesquisa se deu por meio de questionários focados na aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 com perguntas que questionam as dificuldades para a execução destas, como: “Você identifica algum desafio no processo de aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008?” da qual a opção “falta de incentivo da gestão escolar” teve 33% das respostas, a alternativa “Carência de formação da equipe escolar voltada à temática” teve 56% das respostas e 11% responderam “Falta de incentivo/recurso por parte da Secretaria de Educação”; ainda foi realizada uma entrevista em que os sujeitos puderam detalhar suas maiores dificuldades na qual foi apontada falta de flexibilidade no calendário escolar e o desconhecimento das leis. Compreendeu-se que, para a execução das leis no ambiente escolar, os docentes enfrentam diversos desafios em sua jornada, mas, com a devida formação, continuam perseverantes rumo a uma educação antirracista.

Palavras-chave: Prática Pedagógica. Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Ensino de História.

⁷¹ Discente do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: karen.vasconcelos@sou.ufac.br.

⁷² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Letras: Linguagem e Identidade e Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Professora Adjunta do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Ufac (CFCH/Ufac). Coordenadora o Programa de Residência Pedagógica do Curso de Licenciatura em História. Líder do Grupo de Pesquisa “O processo de Construção do Docente em História: possibilidades e desafios da formação inicial e da formação continuada do fazer-se historiador em sala de aula”. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). Editora Chefe da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir).

⁷³ Pós-graduação Lato Sensu em andamento no Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Ufac). Graduada em Bacharelado em História e discente no Curso de Licenciatura em História pela Ufac. Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: kaliny.carmo@sou.ufac.br

⁷⁴ Discente do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: athina.alves@sou.ufac.br



IV COPENE NORTE

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DA REGIÃO NORTE

20 ANOS DA LEI 10.639/2003: AQUILOMBAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA

SINOPSE

Caderno de Resumos do IV Congresso de Pesquisadores/as Negros/as da Região Norte (Copene Norte) – 20 Anos da Lei nº 10.639/2003: Aquilombamento, Formação de Professores e Desafios da Educação Antirracista na Amazônia

Flávia Rodrigues Lima da Rocha, Andressa Queiroz da Silva, Maycon David de Souza Pereira
(Org.)

Os Congressos Regionais de Pesquisadores/as Negros/as são promovidos pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), com a intenção de apresentar um balanço da produção recente dos/as pesquisadores/as negros/as e os estudos acerca das relações raciais, bem como promover o aquilombamento dos mais diversos corpos na/para luta antirracista nas cinco regiões brasileiras. As ações neste sentido iniciaram no ano de 2017. O evento de 2023 apresenta como tema “20 Anos da Lei 10.639/2003: Aquilombamento, Formação de Professores e Desafios da Educação Antirracista na Amazônia”, e será realizado na Universidade Federal do Acre (Ufac), no campus Rio Branco, de 6 a 10 de novembro. Este Caderno de Resumos é fruto dos textos aprovados nas Sessões Temáticas (STs) e na Jornada de Iniciação Científica (JIC) do evento, com diversos textos abordando os mais diversos assuntos acerca das populações negras e suas urgências por uma sociedade livre do racismo, bem como a fim de um antirracismo em todos os espaços da sociedade. Os resumos subdivididos em sessões temáticas totalizam 34, representando algumas das pesquisas realizadas na região, em diferentes Estados e sob diferentes vertentes sobre as relações raciais, apesar de todas as dificuldades históricas, bem como socioeconômicas e acadêmicas, no que se refere ao investimento público na região Norte.